

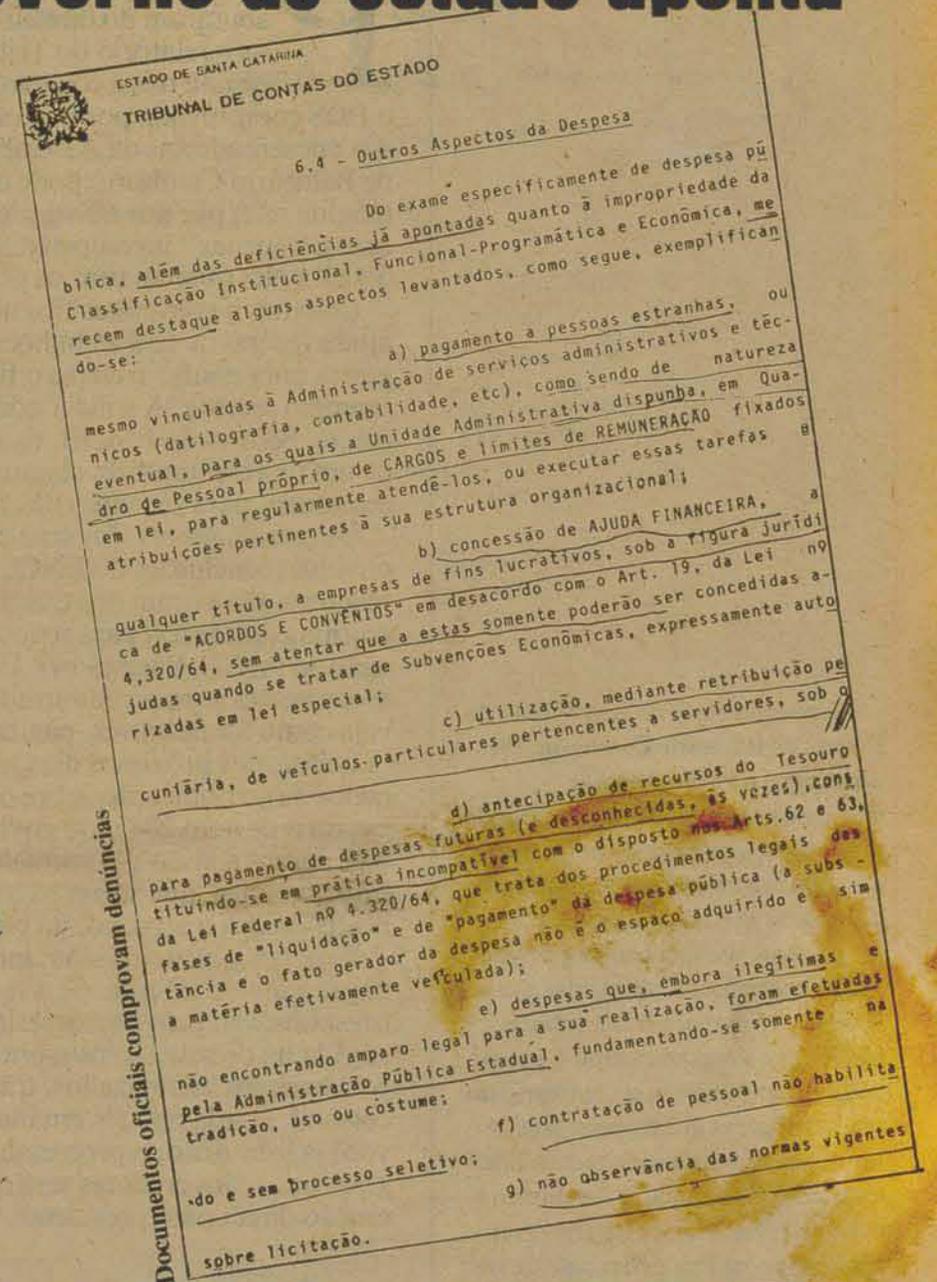
Luz da MAIORIA

FLORIANÓPOLIS, DE 20 DE AGOSTO A 20 DE SETEMBRO DE 1983

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA — Nº 3

Devassa nas contas do governo do estado aponta EMPREGUISMO, CONCORRÊNCIAS FRIAS E FRAUDE NAS DESPESAS

Os dados são do relatório do Tribunal de Contas sobre o exercício de 1982, administração Bornhausen/Córdova. O secretário Paulo da Costa Ramos, da Comunicação, gastou Cr\$ 1 bilhão a mais do que tinha direito. As contas estão em julgamento na Assembléia Legislativa. Bancada do PDS tentará garantir impunidade dos responsáveis. Página três.



RECONSTRUÇÃO

Pior do que a enchente é deixar à oligarquia a reconstrução do estado. A tarefa é do povo. Lições da tragédia e opiniões, nas páginas 4, 5 e 6.

CADEIA PARA H. SCHULTZ

Prefeito de Camboriú (PDS) pode ser preso a qualquer momento (P. 7)

AMIN VAIADO EM CRICIÚMA

Foi no ENCLAT. Trabalhadores revidaram provocações (P. 11)

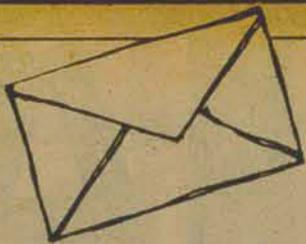
ROMBO DE 2 BI NO BESC

Direção cortou gratificações dos empregados para cobrir déficit (P. 6)

CONTRA O ARROCHO

Oposição luta para derrubar decreto 2045. Um poster de Edgar Vasques na página central.





do editor

Provado: Jorge Bornhausen e Henrique Córdova usaram e abusaram do dinheiro público para eleger Esperidião Amin — o relatório do Tribunal de Contas que publicamos na página três é o roteiro da corrupção. Outra denúncia contra o PDS comprovada por documentos está na página sete, é o escândalo das aposentadorias da Assembléia. Por falar em corrupção, o prefeito de Balneário Camboriu pode acabar na cadeia, está sendo processado (página sete) por um advogado paranaense. No BESC, desta vez, o caso é “apenas” incompetência dos administradores — o banco deu déficit e eles querem tirar os prejuízos encima dos empregados.

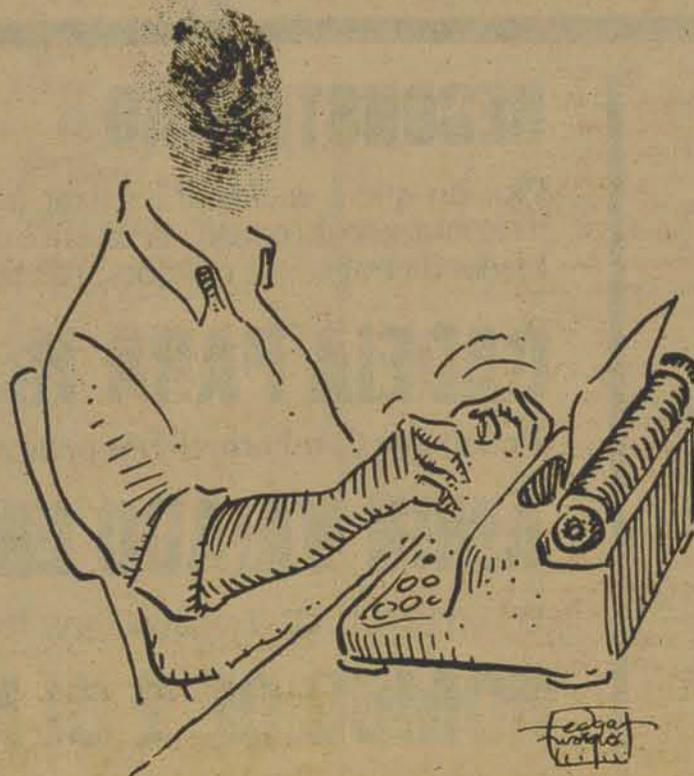
Com tais governantes fica mais difícil reconstruir Santa Catarina. A ajuda federal de Cr\$ 35 bilhões é bem menor do que os Cr\$ 60 bilhões gastos para abafar o estouro financeiro Coroa/Brastel, para citar um exemplo recente. A solidariedade foi manipulada (artigo da página cinco). Setores do PMDB, equivocadamente, apoiaram a nomeação de um representante da oligarquia, que durante décadas sangra nossa economia, para secretário da Reconstrução (artigo da página seis).

Os trabalhadores têm uma proposta para reconstruir, querem ser ouvidos (conclusões do ENCLAT, página 12). Fique sabendo que os militares não saíram dos quartéis (como poderiam ter feito e como costumavam fazer) para socorrer na hora do pega (é uma das notas da seção APARTE, Páginas 14 / 15). Amin foi vaiado em Criciúma, há sérias razões para acreditarmos que isto vai se repetir com frequência, veja como foi desta vez, página 11.

Leitor, nos próximos dias você vai ser saturado por reportagens nos meios de comunicação sobre o arrocho salarial. Todo mundo está contra o decreto 2045 (do governo, sempre deste governo insensível). Nós damos a visão da Oposição, que votará contra, e dos trabalhadores, que sofrerão com ele, nas páginas 10 e 11. Há até um poster contra o arrocho, na página central.

E damos nossa sugestão: moratória já. O Brasil (povo) não pode pagar a dívida externa. Se a tese do calote puro e simples parece irresponsável, pelo menos seria mais justa, pois nossa economia é sugada há décadas pelos monopólios internacionais. Já pagamos mas continuamos escravizados, trabalhando para pagar uma dívida colossal, criada por governantes corruptos e irresponsáveis. Aliás, você já sabe disto, o problema está em como nos livrarmos deste governo — dos credores será muito mais fácil. Fica uma sugestão, eleição direta para presidente.

Recebemos carta de Luis Vilmar de Castro, de Balneário Camboriu. Ele afirma que o PMDB “está se decompondo ideologicamente. Depois de alcançar o respaldo popular (nas eleições), agora está sendo dominado por figuras que não traduzem a grandeza de sua luta contra a tirania”. Castro continua: “É duro lutar quase 20 anos, deixar para trás a vida de irmãos que o regime castrou e assistir a tudo que se construiu ser entregue nas mãos de figuras que representam os interesses da burguesia conciliadora.” Este leitor afirma que já desanimou e conclui: “Desta forma o partido vai ruir”. O padre Paulo Marconcini, de Rio dos Cedros, leu o jornal e igualmente escreveu pra nós: “Já estamos cheios de imprensa dirigida conforme os interesses de uns poucos. Está na hora de alguém ter a coragem de fazer frente a esta onda de falsas informações, muito de acordo com o sistema vigente, mas muito contrária aos seus princípios de quem ainda tem um pouco de consciência”. Também recebemos cartas, todas pedindo o envio do Lutas da Maioria, de Milton José Matias (de Otacílio Costa), Alfonso Roloff e Vurnei Tessaro (Xenxerê), Aurio Cenci (Xaxim), Magda Isabel Monteiro (Araranguá), Antônio Carlos Selzlein (Joaçaba), Bernadete Fagundes e Joaquina Ferreira (Curitibanos), Remídio Lerner (Peritiba), Fabian Prudêncio (Florianópolis) e José Adeli Dill (Itajaí).



Lutas da Maioria agora é responsabilidade da Editora Maioria, Almirante Lamego 7/301, Florianópolis. Composição e impressão na Editora AFA, avenida Liberdade, 704, São Paulo. Editor, Paulo Oliveira.

O TAMANHO DO FOSSO

Amyr Galardoni

Publicado no Jornal do Brasil

Foram precisos 15 dias da maior enchente já registrada no Sul do país para que o Governo federal tomasse duas medidas singelas: transferir do Ministério do Interior para o Conselho de Segurança Nacional o comando da distribuição do socorro às áreas atingidas pelas águas e programar uma visita do Presidente da República ao local, para um momento qualquer da próxima semana. Em favor do Governo pode-se alegar que ainda curte as dores e os sustos da operação do Presidente João Figueiredo; em favor do Sr. Aureliano Chaves, em particular, pode-se alegar que assumiu o Governo quando a crise já ia no meio.

São argumentos que talvez expliquem, mas não justificam, pois no episódio o Governo federal foi apanhado duas vezes de surpresa.

Primeiro, pelas águas que foram subindo, subindo, subindo, até chegar a níveis nunca antes registrados naquelas paragens. Depois, pelas populações dos demais Estados, que começaram a se mobilizar mais ou menos espontaneamente para socorrer os flagelados, até atingir níveis compatíveis com o tamanho da enchente. Nada parecia em condições de conter o ímpeto avassalador da mobilização popular. Quando os meios de transportes convocados pelo Poder Público se declararam incapacitados de transportar tudo que se juntava nos terminais de carga, os particulares passaram a fretar caminhões e caminhões para fazer a improvisada rota do Sul.

Mais do que as águas, esse é um fenômeno que será capaz de marcar o desenvolvimento futuro do país. Quando a população toma em suas mãos as tarefas que costumeiramente ficam entregues ao Poder Público, pelo seu porte físico e representatividade em dinheiro, ela expõe um claro indicio de que bem pode estar à beira da decisão de tomar para si o controle de tudo que lhe diz respeito. Em Brasília, o Governo ainda pode brincar de distribuir as tarefas a esse Ministério ou àquele conselho — mas estará se expondo a riscos graves. (...)

Enquanto o povo todo corria para atender as vítimas das enchentes, o Governo que governa lá de cima ficava a discutir se a tragédia merecia ou não mais um bilhão de cruzeiros. E mesmo quando as águas já baixavam, ainda se discutia que Ministério comandaria a operação socorro oficial.

A malícia popular registrará que alguma espécie de rivalidade sucessória aconselhou essa troca de comando, da mesma forma que registrará ter o Ministro Delfim Netto pensado primeiro no FMI e depois nos catarinenses, quando fez o seu envergonhado regateio de Cr\$ 1 bilhão. Há muito se desconfia de que o Governo ia pouco a pouco se distanciando do país que tem o dever de administrar; mas foi preciso uma enchente desse tamanho para que se pudesse ter idéia do tamanho físico desse fosso.



AMIGOS DA ONÇA

O jornalista Luis Antônio Soares denuncia que a Caixa Econômica Federal concedeu uma falsa anistia aos atingidos pelas enchentes. E critica medidas de auxílio à reconstrução.

"Queixam-se alguns porta-vozes oficiais de que os empresários não recorreram aos seus agentes, em busca dos empréstimos disponíveis através de variadas linhas de crédito recentemente abertas para atender a infelicidade de economia catarinense nestes momentos de flagelo.

E de fato, muito estranho que a oferta - misteriosamente - suplante a procura, ainda mais em se tratando de dinheiro.

O empresariado míúdo já descobriu - e essas novidades correm ligeiro - no frígido dos ovos esses empréstimos "incentivados", à base de 7 por cento ao ano mais correção (70 por cento da ORTN) é um excelente negócio para quem está numa boa. Mas para quem andou se atolando com lama até o nó do pescoço, é somente uma forma de prolongar a agonia por algum tempo, suficiente apenas para que as enchentes calem no esquecimento. Em suma, a médio prazo, uma excelente perspectiva para os senhores proprietários de cartórios.

A propósito de incentivos, estímulos e correlatos vale à pena transcrever o texto de um aviso encaminhado pela Caixa Econômica Federal ao devedor de um empréstimo de 280 mil cruzeiros que vai vencer no dia 20 deste mês (agosto):

"Prazerão senhor: Lembramos à V.S. que se encontra em poder desta agência o título acima identificado, no valor de Cr\$ 280.000,00 cujo resgate, em consequência da "anistia-enchente", poderá ser efetuada até 04.11.83, com o acréscimo de Cr\$ 1.141,56 da comissão de permanência ao dia".

Ai o infeliz foi fazer as suas contas e descobriu que o anunciado favorecimento, ornamentado com o título de "anistia-enchente" não passa, na verdade, de uma prorrogação espontânea do seu débito à base de "módcos" juros mensais de 12,23% - quase 150 por cento ao ano.

Do circunstante: "Mul amigos..." (Publicado no Jornal de Santa Catarina, coluna "Ponto de Vista").

O QUE FAZER, DA PRÓXIMA VEZ

A UFSC e as fundações universitárias podem e devem participar na busca de soluções para o problema crônico das enchentes.

Por Osvaldo Maciel

Que lições podem ser tiradas da catástrofe que se abateu sobre Santa Catarina?

Primeiramente, cabe reconhecer as características inusitadas do flagelo climático que assolou os três estados do Sul, pela terceira vez, apenas neste ano. Daí a importância de estudá-las com a maior profundidade possível, em busca de soluções definitivas para o problema. A UFSC e as Fundações Universitárias têm o dever ineludível de assumir a tarefa. Para os leigos, impressiona desde logo a extensão das áreas atingidas, bem como a repetição, a duração e o volume das chuvas que formam o caudal destruidor dos rios.

Para Santa Catarina, em particular, o castigo assumiu proporções de verdadeira tragédia: com mais de 2/3 dos seus municípios inundados, chorando mortes e lamentando a perda do patrimônio das famílias, colapso dos serviços públicos essenciais e da rede viária, a destruição da agropecuária e a paralisação das atividades da indústria e do comércio, envolvendo igualmente a inutilização de matérias primas, de estoques de equipamentos e instalações; enfim as doenças, a fome, a miséria e a dor com seu cortejo impressionante de repercussões presentes e futuras.

A excepcionalidade da tragédia é bem ilustrada pela dimensão dos esforços mobilizados para socorrer os municípios inundados. O combate às consequências das cheias e o atendimento das dramáticas necessidades das populações flageladas, não devem obscurecer a discussão das causas da desgraça, bem como das razões da flagrante insuficiência de alguns dispositivos do sistema de defesa contra flagelos desse porte.

Prevenção
Começemos por questionar a inexistência de meca-

nismos para a previsão dessas anomalias climáticas, com um mínimo de antecedência, de forma a permitir a adoção de medidas preventivas de proteção. Nessas condições, as populações das áreas sujeitas ao fenômeno ficam à mercê de todas as consequências do flagelo. E não se diga que certas situações não possam ser previstas, até porque elas tem se repetido com assustadora frequência.

As enchentes em Blumenau e cidades vizinhas são evidência disso. Porém, uma vez superada a fase mais crítica do desastre, com o restabelecimento da "normalidade" da vida das cidades, as providências para eliminação das causas das cheias, sempre prometidas nessas ocasiões, não se concretizam. Ficam, assim, estabelecidas as condições para a repetição das enchentes, como se comprovou em julho.

Cabe, pois, indagar sobre as providências, há muito reclamadas por cientistas e conservacionistas, no sentido da prevenção, da contenção ou da minimização das cheias. Consta-se, então, que pouco ou nada se tem feito para colibir o desmatamento indiscriminado, evitar a erosão das margens e encostas e corrigir o assoreamento dos rios. A construção das barragens necessárias se arrasta indefinidamente entre desconfianças quanto à validade dos projetos e a qualidade dos materiais empregados nas obras. Enquanto isso, os rios continuam a receber toda sorte de resíduos e despejos, comprometendo inapelavelmente o patrimônio natural das comunidades.

Blumenau

Estamos pagando hoje um alto preço pela imprevidência e pelo uso predatório dos recursos naturais em nome de um processo de desenvolvimento que tem concentrado a realizar, espollado o meio

ambiente e empobrecido o homem do campo e o trabalhador urbano. Um dos símbolos da ideologia que sustenta esse processo é a bargagem de Itaipu, monstro de ferro e cimento, gerado no ventre de uma ditadura, que, depois de sepultar as Sete Quedas, é uma das suspeitas de estar causando desequilíbrios ecológicos. Esse modelo é também responsável pelo empobrecimento dos municípios e dos estados, sacrificados pela voracidade tributária da União.

Esse processo de centralização autoritária é profundamente lesivo aos interesses municipais e causa de muitas carências das nossas cidades. Tivesse Blumenau maior participação na riqueza que o trabalho de seu povo gera e já teria dragado o rio e construído obras de contenção de cheias. Como de resto já reconstruiu algumas vezes, às suas próprias custas, o patrimônio arruinado por cheias anteriores. A ajuda que lhe faltou certamente ajudou a erguer Itaipu e outras pérolas da megalomania tecnocrática e do autoritarismo político que nos levou à bancarrota econômica e está nos conduzindo ao impasse social e à crise política.

Por isso tudo, Santa Catarina tem o direito de exigir, pelo clamor de todas as suas forças sociais, um tratamento à altura das suas necessidades neste momento e no futuro. Esse dramático momento da história do povo catarinense, escrito com dor, fome e miséria, não pode levar à desesperança.

Ao contrário, tem de servir como um brado de alerta e um ponto de partida.

* Osvaldo de Oliveira Maciel é professor de Bioquímica Básica — Departamento de Ciências Fisiológicas — CCD — UFSC — (Texto publicado em "A Notícia", de Joinville, em 21 de julho)

PARA JAISON, AMIN SÓ FAZ DEMAGOGIA

Ao fazer um balanço político dos últimos acontecimentos em Santa Catarina diretamente ligados às cheias, o Senador Jaison Barreto acusou o Governo do Estado de manobrar o problema de forma eleitoral e demagógica "inclusive tentando tirar proveito de uma situação que estava afligindo a toda a população de Santa Catarina".

— Eu quero crer - disse Jaison -, que o PMDB deu demonstrações sobejas à opinião pública, de uma postura adulta, madura, oferecendo seu apoio às medidas (às boas medidas) que o Governo do Estado adotou, entendendo a gravidade da situação. O que se há de lamentar é a não reciprocidade do Governo do Estado, que partiu para uma política evidentemente eleitoral, mascarada e com medidas demagógicas".

Segundo Jaison, "as demonstrações e os exemplos são claros. Até a própria constituição dessa Secretaria de Reconstrução acabou permitindo a afirmação clara de que objetivou acertos da vida partidária e propostas para o processo eleitoral de 1986, com a indicação de um oligarca, negando toda a temática da campanha do PDS que era de inovação e renovação. Esta manobra do Sr. Esperidião Amin confirma aquilo que nós dizíamos, de que ele não era um candidato independente, que era instrumento das oligarquias, e, na primeira oportunidade, mostrou isso. Quando nós poderíamos ter alguém liberto das preocupações oligárquicas, ele escolhe o representante mor e nunca foi tão igual, como antes, o Estado de Santa Catarina, do que sob o Governo do Sr. Esperidião Amin".

CIRANDA

Para o Senador Jaison Barreto "tudo isso mostra a falta de quadros e a falta de nomes de substituição. Eles (o PDS) ficam sempre naquela ciranda, naquele círculo vicioso, com os mesmos interesses e os mesmos apetites, a mostrar que Santa Catarina, infelizmente, continua submetida a este esquema que nada tem a ver com o interesse da maioria".

— Entendo - salientou - que a Oposição deve ficar atenta. Nós agora já estamos vendo que maneira eles vão se comportar, vamos ter governos paralelos; vamos ter disputas acirradas entre as lideranças do PDS, tudo isso em prejuízo da economia catarinense que nada vê alguém que saiba coordenar com isenção, sem preterições, como seria de desejar nesse momento em que o esforço de todos deveria ser aproveitado para que nós pudéssemos tirar Santa Catarina da situação de aflição porque está atravessando. Eu tamento - afirmou Jaison -, que as coisas venham ocorrendo assim e, pelo que eu estou percebendo das manifestações dos companheiros do Partido, a nós compete é denunciar e informar à opinião pública dos desmandos do Sr. Governador".

MISTIFICAÇÃO

O Senador Jaison Barreto também criticou Amin pela orientação que expeliu aos Secretários para que, na abordagem de problemas dos municípios, devem ouvir o Diretório do PDS local. "Eu acho - frisou - que isto é a manifestação mais clara da falta de compostura do Governador do Estado, que adota posições antagonicas, sempre visando a mistificação. Nós estamos com o documento orientando os Secretários, que inclusive recebeu o "de acordo", do Sr. Amin. Ao mesmo tempo em que faz juras de isenção e cria um Conselho, exatamente da comunidade, para que estas coisas não sofram interferência indebitas e nem de interesses partidários, por trás dos panos, subrepticiamente, encaminha um documento obrigando os Secretários de Estado a se enquadrarem dentro dos apetites eleitorais do PDS, o que, decididamente, comprova a má fé com que se vem comportando à frente do Governo do Estado".

— Mas existe outro dado que demonstra bem a posição dúbia do Sr. Amin - lembrou Jaison - quando comparecer em Blumenau numa manifestação de protesto contra o não atendimento às solicitações que vêm sendo feitas pelo pequeno e médio empresariado de Blumenau e, demagogicamente, investe contra o acordo com o FMI e contra, de maneira nebulosa, às autoridades federais. Mas ao mesmo tempo, reafirma em órgãos de comunicação que foi atendido nas solicitações que fez ao Governo Federal".

— Continua jogando duplo jogo. Mas em campanha. Acho que já estava na hora de ele assumir verdadeiramente o Governo do Estado e se comportar com um mínimo de coerência para que não fiquemos desrespeitados naquilo que estamos a fazer lá em cima - advertiu o Senador. (Publicado em "O Estado", 21 de agosto)

MANIPULAÇÃO DA SOLIDARIEDADE

Remy Fontana

“... a sociedade catarinense descobriu que sua qualidade de vida e segurança dependem apenas ocasionalmente da solidariedade, mas só estarão asseguradas numa ordem social popular e democrática a ser construída.

Todos os catarinenses vitimados em graus diversos pelas águas de julho, sustentados nos momentos mais dramáticos pela fraterna e eficaz solidariedade dos povos, terão sem dúvida realizado uma reflexão sobre as condições de suas vidas, a organização social de sua coletividade, os recursos e equipamentos que dispõem ou que lhes faltam, e sobre o desempenho dos órgãos públicos e a responsabilidade dos governantes. Esta reflexão terá trazido maior conhecimento sobre a realidade, levando a questionamentos sobre alguns de seus aspectos e a formulação de justas reivindicações.

Em nosso estado, dado a magnitude das cheias, e a extensão de seus efeitos devastadores nos patrimônios individuais e coletivos, públicos e particulares, perdas humanas, sofrimento e desolação, brotou forte o nobre sentimento da solidariedade. Inicialmente sob a forma da ajuda mútua e de auto-proteção das populações diretamente atingidas, e a seguir, na medida que os meios de comunicação, notadamente a tevê (e há aqui de reconhecer-lhe este serviço) divulgavam imagens dramáticas, a solidariedade ampla, à distância, de todos os que enviaram auxílio material sob a forma de doações, ou que prestaram serviços voluntários.

“... lamentavelmente, usos menos nobres deste edificante sentimento (solidariedade) ocorrem, evidenciados em algumas manifestações demagógicas do poder político...”

Mas se a solidariedade na desgraça, enquanto durou o clima de comoção, foi o eixo pelo qual transitou a esperança e o socorro aos flagelados, lamentavelmente, usos menos nobres deste edificante sentimento ocorreram, evidenciados em algumas manifestações demagógicas do poder político e em manipulações ideológicas dos

meios de comunicação de massa, especialmente a tevê. “Manifestações de **pesar** e de **solidariedade** ajudam os povos a suportar suas desgraças, mas não os auxiliam a descobrir suas causas nem a lutar pela eliminação destas ou contra seus ressurgimento”. Não basta lamentar tais ocorrências, é preciso também explicá-las. Porque explicando as razões daquilo que é efetivamente catastrófico do ponto de vista daqueles que sofreram diretamente com as cheias, especialmente daqueles tradicionalmente desamparados social e economicamente, pode-se contribuir para que as forças sociais e políticas evoluam de modo a não permitir que aquilo que é “lamentável” se repita, ao menos na extensão verificada em julho de 83.

“... o “discurso” da solidariedade visa impedir que questionamentos incômodos aflorem”.

O “discurso” da solidariedade, na medida em que é feito pelos governantes, elites dominantes e grandes meios de comunicação, pretende-se apolítico. Na verdade visa-se desta maneira, deslocar algumas questões e impedir que questionamentos incômodos aflorem.

A suspensão provisória do debate político em nome de valores humanistas universais, em momentos de comoção social é compreensível. Mas não devemos esquecer que mesmo em tais circunstâncias o poder e a dominação se exercem e as desigualdades sociais subsistem. Se há vítimas em todas as classes sociais, de trabalhadores de salário mínimo e de desempregados à grandes empresários da indústria, de posseiros e pequenos proprietários rurais à capitões da agroindústria, de assalariados urbanos de baixa renda à alta classe média, o significado das perdas e privações, as condições de recuperação e a força social e política que dispõem, são, no entanto, radicalmente diferentes.

Por isso, é necessário retomar o debate político, no sentido de articular as demandas coletivas e equacioná-las no interesse da maioria. A questão social não pode conformar-se, então, apenas ao nível do assistencialismo paternalista e da solidariedade emergencial deve merecer um tratamento permanente e resolver-se pelos caminhos da participação efetiva e da organização autônoma de todos os segmentos sociais.

Por esta via chegamos a questão democrática, e esta implica na ampla e real participação da

sociedade catarinense no esforço de reconstrução, que a nível institucional encontra sua formalização no Conselho e na Secretaria extraordinários de Reconstrução.

“Há um sério risco do Conselho e da Secretaria de Reconstrução constituírem-se como uma burocracia estatal, operando paralelamente à burocracia estatal tradicional”.

Há um sério risco deste Conselho (e da Secretaria) da Reconstrução constituir-se como uma burocracia estatal da reconstrução - ainda que na aparência contemple uma participação simbólica da sociedade civil -, que opere paralela à burocracia estatal tradicional. Evitando assim em nome da unidade estadual e da solidariedade, definida em termos emocionais, os espaços democratizadores da vida social conquistados nos últimos anos. Não é casual, que em nome da solidariedade o governo e os meios de comunicação dóceis ao seu poder, como a Rede Globo, procurem interditar a discussão política, logo o debate coletivo e democrático sobre o significado da catástrofe e o sentido da reconstrução.

O poder, através dos meios de comunicação de massa (tevê) necessita reconstituir as formas

de percepção tradicional da população, o mais rapidamente possível, sob pena de ver abalado o sistema de exploração econômica em que se assenta, e a dominação política opressiva que a sustenta. Assim, a catástrofe das enchentes, é remetida exclusivamente ao âmbito dos fenômenos naturais incontroláveis, isentando-se de qualquer responsabilidade social os agentes econômicos que transformaram a natureza de forma predatória, e de qualquer responsabilidade política o poder público, que na sua incompetência e imprevidência administrativa deixou de realizar obras necessárias no controle destas fenômenos.

“O debate político não pode encobrir o interesse das classes dominantes, em nome do aparente interesse do povo”.

O debate político não pode, por esta razão, ser confinado no campo do inútil, senão do ilegal ou aéreo, como se procurou fazer, em nome do aparente interesse do povo, encobrendo, de fato, o interesse das classes dominantes. Um debate coletivo, democrático e generalizado sobre as causas da catástrofe e sobre as bases em que deverá ser reconstruída a sociedade, em nosso estado, constitui-se assim num pressuposto e numa prática permanente que os catarinenses não podem abdicar.

“... a temática do debate deve comportar questionamento do modelo civilizatório atual capitalista-burocrático...”

A temática de um tal debate deverá comportar questionamentos múltiplos, desde os que se referem ao modelo civilizatório atual capitalista-burocrático (relação predatória homem x natureza; produção centralizada de energia; especialização produtiva; sistema de transportes e comunicações sofisticados cuja crise tem efeito de colapso; depreciação dos saberes tradicionais da população processada pelo avanço de tecnologias “duras”, deterioração das redes de solidariedade locais pelo avanço do estado e da empresa capitalista), questões relativas à provável necessidade de conviver com alterações climáticas estruturais que redefinam o mapa dos lugares aptos para os assentamentos humanos; a estrutura das necessidades básicas (o que e para que produzir?) os fundamentos éticos da vida social. Tal ordem de indagações nos remetem a outras, de caráter institucional: a presença e ao peso dos estados no cenário político nacional; a federação e a divisão regional do trabalho (“as enchentes do sul” “as secas no nordestes” e o “auxílio do centro”, para citar o caso presente); competências tributárias dos estados e da União, a centralização e descentralização administrativa (lembre-se a carência de recursos locais e, pois, a total dependência ao poder central, insensível aos reclamos dos estados flagelados pelas enchentes); representação estadual no poder legislativo federal e a definição dos poderes da União e dos estados (em termos de coordenação, eficiência e representatividade).

Como se depreende, e sociedade catarinense, poderá ter a oportunidade de descobrir a partir da comoção da tragédia das cheias de julho de 1983 e por caminhos algo insolitos, que sua segurança, qualidade de vida e seu futuro podem depender circunstancialmente da solidariedade de seus irmãos do resto do país, mas só estarão assegurados duradouramente por uma ordem social popular e democrática a ser construída.

• Remy Fontana é sociólogo e professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

FATURANDO PRESTÍGIO:



O QUE É QUE HÁ COM O PMDB BARRIGA-VERDE?

Nas eleições de 15 de novembro, quando o PMDB perdeu a oportunidade de "virar de vez o caldo" em Santa Catarina, devido à corrupção e a fraude eleitoral, ficou patente a quantos fizeram uma simples análise política da situação (praticamente um empate eleitoral), a importância que deveria ter o maior partido da oposição no destino do Estado. A situação hoje, passados oito meses, não colabora muito (ou nada) as previsões que na época se fizeram.

O dilúvio que se abateu sobre Santa Catarina desorganizou a produção, a comercialização dos estoques e o nível de emprego. Provocará ainda a curto prazo migrações das áreas mais atingidas para Joinville (onde o desemprego é apenas conjuntural) e para Florianópolis (onde o desemprego é estrutural), além de outras correntes migratórias em direção aos centros urbanos economicamente mais dinâmicos e não atingidos pela flagelo das águas, incluindo ainda mais essas cidades.

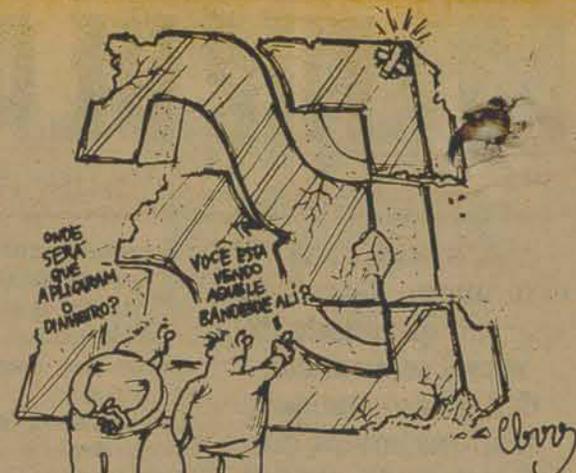
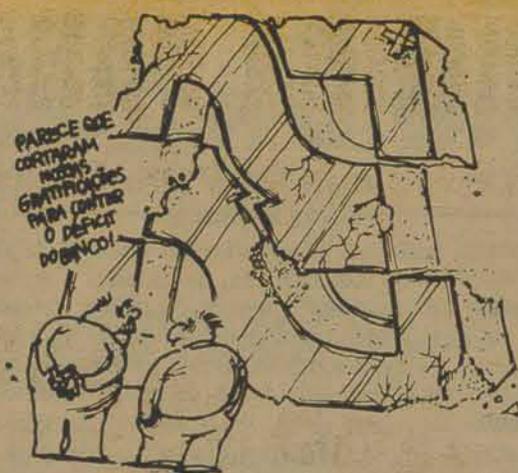
Ora, tal estado de desorganização da estrutura produtiva e suas sequelas marginais não será sanado em apenas seis meses como está sendo apregoado, devido às dificuldades de recapitalização (onde está o dinheiro necessário?) e remontagem das engrenagens de produção, comercialização e consumo, ainda mais quando já se conhecem os míseros recursos postos à disposição do Estado com bastante aparato pelo governo federal. Que fazer dos 22 bilhões (10 serão destinados a recuperação das estradas) quando somente Blumenau provavelmente necessitará de mais da metade? E os outros municípios, como é que ficam? A situação mais se agrava quando se conhece a posição intransigente de Brasília (Delfim no meio) com relação ao que deveria ser um tratamento preferencial dado à população flagelada, notadamente no que concerne ao crédito e à habitação.

Nessa situação estremece verificar que os políticos do PMDB em sua quase maioria (felizmente nem todos) aplaudem de público e tecem loas à indicação do sr. Antônio Carlos Konder Reis, o maior dos oligarcas, à chefia da supra-partidária Secretaria de Recuperação, fazendo na ocasião a delícia da mídia catarinense, devidamente cooptada. Memória curta, tentativa de consenso (palavra da moda) ou simplesmente incompetência em se tratando de nossos parlamentares, representantes diretos da oposição popular. Ao que parece, tal não é o caso. Nossos representantes, segundo consta, sabem muito bem o que estão fazendo... ou tentando. Muito bem! Mas esperando o que? Que o sr. Konder Reis utilize seu bom trânsito ou tráfico de influência (será que tem mesmo?) em Brasília, para fazer fluir com mais velocidade as esmolas ofertadas? Ou que o

oligarca-mór na chefia da Imde ânimos, sem favorecer seu partido, o PDS, e sua gente? Ironia do destino cruzando caminhos ou lídimo engano? Seria menosprezo à inteligência cultivada do sr. Konder Reis pensar tamanho disparate. Mas que pretendem os nossos deputados no momento em que só faltou o belja-mão? Inaugurar um "Sul Generis" consenso barriga-verde (será que eles sabem o significado desta palavra em política?), comportamentos maquiavélicos que afetam as compadrescas querelas pedessistas ou fisiologismos (outra palavra da moda) de última hora com finalidades Inconfessadas? Realmente não dá pra entender. Apesar disso continuamos pensando que deve existir um sério motivo para apoiar às escâncaras o oligarca-mór na chefia da importante Secretaria de Reconstrução. Fazemos por acreditar que as críticas que tecemos linhas atrás não sejam procedentes, e que um motivo mais forte se "alevanta". Oxalá seja assim para o bem de Santa Catarina e de seu povo. Esperamos, acreditando nos votos que colocamos nas urnas, que nossos lídimos representantes tenham em mente o programa e as lutas do partido e que não se esqueçam do significado correto da palavra oposição, que conforme as circunstâncias pode significar negociação, nunca porém adesão.

Mas não podemos parar ainda. A impressão que se tem é que o PMDB, partido majoritário na preferência popular, sofre de complexo de inferioridade, seja em função de uma certa inércia em relação a acontecimentos em que deveria atuar com mais propriedade, seja em função de situações específicas em que atua, de fraco convencimento. Estabelece-se a nosso ver um círculo vicioso entre causa e efeito que debilita como um todo a atuação do partido. Os pressupostos parecem estar sempre na raiz mesma do problema. No caso presente, será que alguém em sã consciência acredita na decantada ética política do sr. Konder Reis? Que sua atuação à frente da nova secretaria seja verdadeiramente imparcial, sem favorecer êmulos políticos (um deles hoje no governo, dando inteligentemente as cartas) e, ou, preparar o caminho para um vitória (sua, quem sabe) do PDS nas urnas em 86?

Na supra-partidária Secretaria de Recuperação no lugar de um técnico, equidistante do partidário político, surge um valioso Grão-Vizir a serviço do sultanato do sr. Amin (como sabe enfeixar poderes o homem!). Podemos estar errados em nossas críticas. Se os acontecimentos futuros assim o mostrarem, de ante-mão damos prazerosamente razão a nossos parlamentares, porém, como no piquete, no momento estamos pagando para ver. (Hélio Romito de Almeida)



SALDO NEGATIVO

BESC cortou gratificação para cobrir déficit

A corda arrebentou novamente no lado do trabalhador. Os funcionários do BESC tiveram cortadas suas gratificações semestrais pelo Governo do Estado porque o banco está operando com prejuízo. Mas o próprio presidente do BESC, Carlos Passoni Junior, admitiu que parte do problema é resultado de empréstimos a juros abaixo da tabela concedidos pela administração anterior. E quem obteve estes empréstimos, na maioria dos casos, foram os apadrinhados do Governo, durante a campanha eleitoral do ano passado. Mas os funcionários conhecem os seus direitos e recorreram a Justiça do Trabalho, apesar das coações aplicadas pela direção do banco.

Desde a campanha política do ano passado, o BESC está operando em vermelho. A situação é grave. O balanço de junho revelou que o déficit é menor que o valor das dívidas não cobradas pelo banco. Em números: o déficit revelado em junho foi de Cr\$ 2 bilhões e 4 milhões, enquanto os títulos, duplicatas e outros papéis que alguns clientes "especiais" deixaram de pagar totalizam Cr\$ 2 bilhões e 400 milhões.

Se em junho o banco recebesse tudo o que os clientes lhe deveriam teria um lucro de Cr\$ 396 milhões. Mas quem são esses clientes mau pagadores? Além do próprio Governo são "figurões" e bajuladores do poder que obtiveram empréstimos a juros abaixo da tabela.

Em Santa Catarina, no Rio de Janeiro

Os funcionários do Besc ingressaram na Justiça do Trabalho para reaver gratificações semestrais que foram cortadas pelo Governo do Estado. Buscando mais adesões, o sindicato dos bancários está distribuindo uma circular juntamente com uma procuração, que deve ser assinada pelo funcionário.

Essas procurações individuais vão integrar os autos da ação coletiva, como forma de tornar mais rápida a tramitação do processo, segundo o presidente do Sindicato, Ison Ulmer Dias, até poucos dias um dirigente sindical atrelado ao governo, acostumado a dizer "sim" para tudo, que viesse dos patrões.

Ele diz estar confiante no resultado da ação que pede o pagamento das gratificações semestrais, no valor de dois salários, conforme vem acontecendo há 21 anos no banco.

COAÇÃO

Dias argumenta que vai provar na Justiça a ilegalidade do documento que os funcionários tiveram de assinar, sob pena de perder o emprego. Pelo documento que a maioria assinou, o bancário aceitava o pagamento da contrapartida à extinção das gratificações e abria mão de seu direito de recorrer à Justiça do Trabalho.

A contrapartida do banco é injusta, afirma Dias, e provoca uma perda

de 50% no valor da gratificação do primeiro semestre, bem como extingue a partir da mesma data esse benefício conquistado há 21 anos. Ele continua:

— Todos os bancos estaduais estão deficitários, mas nenhum cortou as gratificações semestrais. Somente o Besc. A diretoria alegou o déficit orçamentário. Mas o funcionário não tem culpa da má administração praticada pela direção anterior. Se gastaram na política é problema deles.

Mas além do processo contra o banco, o dirigente sindical, que é funcionário do Besc, pediu apoio aos vereadores e aos deputados catarinenses. Ele sugere à Assembléia Legislativa que institua uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades praticadas pelas administrações do estabelecimento.

É HORA DE CPI

Apesar da gravidade da situação financeira do banco, ele sabe que dificilmente será instituída uma CPI, pois os deputados do PDS, partido do Governo, não têm interesse em revelar as distorções. E o PMDB na Assembléia Legislativa não tem número suficiente para conseguir a aprovação da medida, que exige a maioria dos votos da casa.

Finalmente, considerando ser necessário, indispensável e até urgente, maiores esclarecimentos ao povo catarinense quanto as transações negativas que originaram o volumoso déficit do 1.º semestre do corrente ano e que culminaram nas restrições aos seus funcionários, a executiva do Diretório Regional do PMDB e a banca estadual, solidarizando-se com a classe bancária do Besc, insiste na premente necessidade de se instalar um CPI para, apurando responsabilidade, dirimir dúvidas e critérios.

Com a destruição da economia catarinense causada pelas últimas enchentes, a estrutura financeira do BESC toma-se dia a dia mais abalada. O Sindicato dos Bancários já alertou sobre a ameaça que é o crescimento acelerado das dívidas não pagas pelos cliente, incluindo o Governo do Estado. No início de agosto o capital não cobrado pelo banco já chegava a Cr\$ 2 bilhões 700 milhões. As luzes vermelhas estão acesas, pois esta importância equivale a quase um terço do patrimônio líquido. Se o déficit não parar logo, crescerá como uma bola de neve e não poderá mais ser contido, ameaçando a base da instituição.

Finalmente, considerando ser necessário, indispensável e até urgente, maiores esclarecimentos ao povo catarinense quanto as transações negativas que originaram o volumoso déficit do 1.º semestre do corrente ano e que culminaram nas restrições aos seus funcionários, a executiva do Diretório Regional do PMDB e a banca estadual, solidarizando-se com a classe bancária do Besc, insiste na premente necessidade de se instalar um CPI para, apurando responsabilidade, dirimir dúvidas e critérios.

NOTA DO PMDB

"Considerandó o compromisso que

FIM DE CARREIRA PARA H.SCHULTZ

Em Camboriu, mais um escândalo do PDS. Prefeito pode acabar na cadeia.

Uma extensa reportagem publicada em 9 de julho no jornal "O Estado do Paraná" (página oito), de Curitiba, revela a venda irregular de imóveis que está sendo executada pelo prefeito de Camboriu, Harold Schultz (PDS), amplamente documentada pelo advogado Carlos Cesário Pereira.

Em Santa Catarina o fato foi acobertado por parte da grande imprensa, já que Schultz é dono da maior construtora do estado e um dos mais fortes anunciantes, além de ser homem do governo. Schultz usou seu império econômico para eleger-se prefeito. Mas acabou na polícia. Eis a íntegra da reportagem:

"Por praticar crimes contra a economia popular e vender imóveis para mais de cinco mil pessoas residentes no Paraná, além de falsificar certidões, o diretor presidente da empresa Construtora e Comércio H. Schultz & Cia Ltda., Harold Schultz, prefeito pedessista do Balneário de Camboriu, pode ser preso a qualquer momento em pior, em flagrante. O advogado Carlos Cesário Pereira já entrou com o pedido de prisão preventiva contra Haroldo Schultz e fez ontem uma série de denúncias das irregularidades da empresa H. Schultz, que tem sede no Balneário de Camboriu, quanto filiais em Curitiba e uma em Cascavel, as quais vendem os imóveis considerados irregulares.

Segundo o advogado Cesário Pereira, a empresa H. Schultz está à beira da falência e, além disso, não registrou os imóveis vendidos no Cartório de Registro de Imóveis. Por isso, os cinco mil paranaenses que compraram os imóveis não podem regularizar legalmente a compra, pois os papéis que têm em mãos não valem nada sem este registro. H. Schultz chegou até a usar certidões negativas falsas para registrar algumas incorporações dos edifícios, alguns dos quais não foram terminados, apesar do prazo de conclusão ter encerrado. Cesário Pereira, por causa disso tudo, pediu a interdição da empresa, o sequestro dos bens dela e de todos os diretores, "pois estes bens resultam das práticas desses crimes"; o confisco de todo o material publicitário feito ilegalmente pela empresa, além de outras medidas judiciais.

DENUNCIA

Carlos Cesário mostrou documentos de toda a denúncia, iniciada quando ele comprou um apartamento (2.002) do Edifício "República Ar-

Reportagem no jornal paranaense revelou as fraudes de Schultz

gentina", em 81, que seria entregue em maio deste ano, mas não o foi, já que sua incorporação é irregular. Foi feita em março de 82 mas com certidões falsas. Projetado para 22 andares, até

hoje foram construídos só seis. Cesário pediu o ressarcimento da importância paga (1 milhão 500 mil - preços de 81 - hoje valendo Cr\$ 8 milhões 500 mil). A empresa alegou que o ressarci-

mento era impróprio "e extorsivo, pelas circunstâncias anômalas e empresariais por quais atravessamos".

Cesário entrou com ação ordinária de rescisão de contrato, cumulando com danos e perdas. E mais: descobriu que a empresa atuava em situação irregular no mercado imobiliário, tanto no caso do Edifício "República Argentina", quanto dos edifícios "Cidade de Cascavel", "Mendonça", "Otto Hotel", "Parque Residencial Camboriu 2.020", "Janaina", "Monterrey", "Acturus", "Aldebarã", "Dona Irma" e "Los Angeles". Alguns estão em fase de construção e os outros nem sequer tiveram suas obras iniciadas. O Los Angeles está pronto e vendido, mais foi construído sobre um terreno onde a incorporação está registrada não em nome de H. Schultz, mas sim no do engenheiro Osvaldo Pinel Brants, prejudicado também no caso. Do edifício "Cidade de Cascavel", foram lançadas à venda 16.800 cotas, das quais milhares já vendidas. Segundo Cesário, a H. Schultz teria que construir, em função destas cotas, 700 apartamentos, "num local que não comporta isso". E também não tem registro de imóveis e nem autorização do Ministério da Fazenda (exigência legal para este caso).

O processo crime contra o diretor da H. Schultz tramita pela 2ª Vara Criminal de Camboriu e deu entrada em 24 de junho deste ano. Além da ação, o advogado notificará a Prefeitura local para que cobre em dobro o valor de contrato publicitário feito entre as Guias Telefônicas do Brasil Ltda., GTB - e a H. Schultz, uma vez que aquela empresa não colocou no anúncio o número do registro dos imóveis, o que também fere a lei. Se a Prefeitura de Camboriu se omitir neste caso, ele proporá uma ação popular. A vingança do prefeito Harold Schultz, segundo o advogado, já começou, pois os fiscais do município autuaram Cesário num só dia, das 12h30min às 13h30min, em três pontos diferentes de Camboriu, por estar em atividades que nunca exerceu, segundo sempre o advogado, que acha, aliás, que a H. Schultz está falida. Isto porque as incorporações dos edifícios precisarão de registro de imóveis (certidões negativas, fiscais e de ações cíveis) e, para tanto, necessitaria liquidar todas as pendências. "Não acredito que tenha condições, já que deve mais de Cr\$ 50 milhões para a Previdência Social, FGTS e ao Imposto de Renda. Em março de 82, havia inúmeras ações contra a H. Schultz", finaliza Cesário."

PARADA CARDÍACA

Atestados médicos frios comprovam irregularidades nas aposentadorias da Assembleia Legislativa.

Os médicos que operaram o presidente Figueiredo, em Cleveland, virão a Santa Catarina para aprofundar seus conhecimentos em cardiologia. Querem estudar o fenômeno do enfarte-papel, que aconteceu entre os servidores da Assembleia Legislativa apenas durante a gestão Epitácio Bittencourt (PDS) - 109 pessoas, uma a cada cinco dias, ficaram gravemente doentes do coração e foram aposentadas.

Para poupar a viagem dos médicos, nós esclarecemos. Foi mais uma das fraudes praticadas pelo PDS durante a campanha eleitoral, aposentando, entre poucos verdadeiramente doentes, dezenas de apaniguados, abrindo vagas para nomeações sem concurso de mais um punhado de apadrinhados. Agora estão mamando no dinheiro público.

Mas o caso deve ir à Justiça, por exigência dos deputados Irai Zílio, Roberto Motta e Edson Andriano (PMDB), da comissão de sindicância que apura as irregularidades. Em seu relatório, recente, eles comprovaram: a documentação que deu origem aos processos foram simples atestados médicos, muitos deles sem data, alguns rasurados e outros com nomeadamente frios (os doentes são vistos todos os dias circulando pela cidade e até em outros empregos).

INVESTIGAÇÃO

Eis alguns trechos do relatório dos

deputados da Oposição: "Cento e trinta e oito servidores requereram aposentadoria por invalidez, no período de 1º de fevereiro de 1981 a 31 de janeiro de 1983.

Fato extraordinário é o aparecimento, em curto espaço de tempo, de doenças codificadas para efeito de invalidez, em servidores, com direito à percepção integral de proventos, sem que se conheçam as condições de saúde, na data de admissão.

ATESTADOS

Existem inúmeros processos, nos quais o atestado médico não aponta incapacidade definitiva para o serviço público. Outros recomendam tratamento de saúde por tempo determinado, alguns que indicam somente internações hospitalares e, mesmo assim, a Junta Médica Oficial, baseada nestes atestados, decidiu pela incapacidade definitiva para o serviço público. Exemplo: "ter sido o paciente internado para tratamento especializado no período de 20/12/71 a 03/01/72". Este paciente foi admitido em 08/11/1975, três anos após ter sido internado como consta do atestado. No entanto, a Junta Médica baseou-se neste documento de internação para aposentar o funcionário.

Em nenhum caso, no Termo de Inspeção de Saúde da Junta Médica da Assembleia Legislativa, consta qualquer

referência à exame complementares ou especializados ou de suas realizações, concluindo sempre a Junta Médica "com base no atestado médico" inicial.

Um dos médicos foi aposentado por invalidez com 36 anos, sendo o mesmo autor de vários atestados, que geraram outras aposentadorias.

SALARIOS

Há aposentados que possuem menos de um ano de serviços públicos prestados. 30 com menos de cinco e 69 casos com menos de 10 anos.

Chamou atenção a média salarial: nenhum aposentado percebe menos de Cr\$ 100.000,00 por mês; oito percebem de Cr\$ 100.000,00 a Cr\$ 150.000,00 mensais; 46, de Cr\$ 200.000,00 a Cr\$ 300.000,00 mensais; de Cr\$ 300.000,00 a Cr\$ 400.000,00 mensais; quatro (4) acima de Cr\$ 400.000,00 mensais.

Não pode ser ignorado o fato de um servidor com 40 dias de trabalho prestados à Casa perceber de aposentadoria Cr\$ 340.390,00.

A maioria expressiva dos beneficiários teve reequadramento e promoção após os atestados indicarem serem os pacientes portadores de doenças catalogadas como "moléstia grave", considerando-os definitivamente incapazes para o serviço público.

ELEIÇÕES NA ACM

Dia 31 de agosto serão realizadas eleições para composição dos quadros que terão a responsabilidade de administrar a Associação Catarinense de Medicina durante o biênio set. 83/set. 85.

O pleito, que se processa democraticamente, mediante votação direta e secreta, com a participação de todos os associados da entidade, será desenvolvido simultaneamente na capital e nas vinte e uma Associações Médicas Regionais sediadas no interior do Estado.

Diante da trágica realidade sócio-econômica a que o país foi conduzido pelos sucessivos governos que se alternaram no poder após 64, e considerando os reflexos altamente negativos dessa situação sobre as áreas da Saúde, da Assistência Médica e da Previdência Social, as eleições deste ano para as entidades representativas da categoria médica assumem características especiais e transcendental importância e significação. Mais que nunca, essas entidades necessitam direções firmes, seguras, conscientes, dinâmicas, dispostas à luta, e comprometidas apenas com os legítimos direitos e interesses pertinentes à saúde da população, e com as justas aspirações e reivindicações da categoria que representam.

Duas chapas concorrem ao pleito que decidirá os rumos da ACM nos próximos dois anos: a primeira, do MOVIMENTO DE RENOVACAO MEDICA, tendo como candidato a presidente médico Luiz Carlos Espindola, que dirigiu a instituição no período 79/81, e que é hoje o vice-presidente da Associação Médica Brasileira para a Região Sul; a segunda, denominada PARTICIPAÇÃO MEDICA, trazendo como candidato a presidente o dr. João Ghizzo Filho, que exerce as funções de Diretor do Hospital Florianópolis, do Inamps.

Espindola tem o apoio da atual Diretoria da Associação Catarinense de Medicina e será sufragado pela corrente associativa que defende os princípios do Movimento de Renovação Médica. Referido Movimento, criado em 1978, em oposição às velhas e imobilizadas estruturas que dominavam as entidades médicas em todo o país, venceu, sucessivamente, as duas eleições que disputou em Santa Catarina: em 1979, elegendo Luiz Carlos Espindola, e em 1981 conferindo expressiva vitória a José Caldeira Ferreira Bastos.

João Ghizzo Filho é apoiado, basicamente, pelo INAMPS e pela FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA. Para evitar maiores desgastes junto à área dos médicos mais jovens, esse apoio se processa veladamente, de forma relativamente sutil, para não caracterizar o vínculo ou a dependência da chapa aos referidos órgãos públicos.

CONTRA O ARROCHO SALARIAL

"APERTAR O
CINTO,"
DE NOVO!?
NÃO!



NÃO AO DECRETO 2045



Desde o dia 1º de agosto noventa por cento dos trabalhadores brasileiros estão ganhando menos por causa do último e mais cruel pacote deste governo, o decreto-lei 2045.

De forma inesperada, sem a mínima consulta a nenhum setor da sociedade brasileira, o governo decidiu no dia 13 de julho reduzir para apenas 80 por cento do INPC os aumentos salariais, prejudicando duramente a esmagadora maioria dos trabalhadores, justamente aqueles que ganham menos.

Desta vez a medida não veio com uma simples penada de um tecnocrata da área econômica, ou com a chancela pessoal do presidente da República. Ela surgiu ao final de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, convocada às pressas, surpreendendo a maioria dos ministros. Não se tratou de uma das antigas reuniões, nas quais se cassavam mandatos e se suspendiam direitos políticos. Mas a brutalidade foi a habitual, e os trabalhadores sofreram o mais duro arrocho em seus salários.

ARROCHO VAI PRA CESTA DO LIXO

O decreto-lei 2045, o pacote do arrocho salarial, que reduziu para 80 por cento do INPC os reajustes de salários já tem destino certo: a cesta do lixo. Tudo leva a crer que pela primeira vez em quase vinte anos uma embrulhada dos tecnocratas não vai pegar.

A aprovação do decreto, que já estava difícil devido a grande reação contrária, até mesmo de parlamentares do governo, sofreu o seu golpe mortal no dia 9 de agosto, com rompimento do acordo entre as bancadas do PDS e do PTB na Câmara dos Deputados.

Ivete Vargas, pressionada por sua bancada que não se mostrava nada inclinada a votar o pacote e ante a insensibilidade do governo para com sua proposta de estabilidade durante o período de arrocho, teve que romper com Nelson Marchezen.

Agora, matematicamente, existe a possibilidade de derrubada do pacote. Para isso basta que nove dos 13 deputados do PTB compareçam a plenário para votar o pacote. Somados aos 200 peemedebistas, 23 pedetistas e oito petistas, eles formam o quorum de maioria simples - 240 deputados - e votam pela rejeição do decreto 2045.

Essa é a atual orientação de todos os partidos de oposição, inclusive o PTB, como têm afirmado numerosos integrantes de sua bancada, antes mesmo do fim do acordo.

A tramitação do pacote

começou na terça-feira, 16, com sua leitura durante sessão do Congresso Nacional. A partir daí ele fica por quarenta dias no Congresso Nacional. Neste tempo será constituída uma comissão mista, com 11 senadores e 11 deputados, que vai estudar o assunto e emitir um parecer.

A comissão tem vinte dias para apresentar seu parecer. Caso esse prazo seja aumentado, o período de discussão em plenário (mais 20 dias) será reduzido porque prevalece o prazo total de quarenta.

A oposição poderia impedir a leitura do projeto em plenário, o que retardaria toda sua tramitação, mas isso não será feito porque os opositoristas querem derrubá-lo o mais rapidamente possível, como explicou o líder do PMDB, Freits Nobre: "Enquanto não for rejeitado, ele continuará vigorando, por isso temos pressa".

Uma votação de um decreto-lei como este, de autoria do Executivo, é feita pelas duas Casas do Congresso, Senado e Câmara. Como a votação começa pela Câmara, se a oposição derrubá-lo, ele não chega ao Senado. E assim morre.

Não há praticamente nenhuma chance dele ser aprovado por decurso de prazo, como ocorria anteriormente, quando a oposição era minoria. Na legislatura anterior bastava o governo impedir a votação, retirando sua bancada, que, ao final do prazo de quarenta dias, o projeto ficava em pauta por

duas semanas e era automaticamente aprovado por decurso de prazo. Para isso, o governo evitava a votação, mas agora não tem condições de por em prática esta estratégia.

A derrubada deste pacote será talvez o mais forte golpe sofrido pelo complexo militar e tecnocrático que vem administrando o país há vinte anos. E essa é hoje a grande preocupação do governo que pode, assim, ver ir por águas abaixo o seu acordo com o FMI.

Por isso já circulam na Câmara os boatos costumeiros que visam assustar os deputados de oposição na véspera de votação de projetos importantes. Se não aprovar o pacote, o governo teria que recorrer a uma represália terrível que não se sabe qual é. Mas hoje, sem os instrumentos de exceção, o governo está de mãos amarradas. E não é recomendável nenhum retrocesso político no momento em que o país negocia com o Fundo Monetário Internacional.

A única saída para o governo que se prevê em Brasília é a assinatura de outro decreto-lei, no exato momento em que este for revogado. Assim, o governo ganha mais dois meses, porque enquanto o novo pacote circula pelo Congresso, o arrocho vigora.

BANQUEIROS EXIGEM SALÁRIOS BAIXOS

Nem nos discursos oficiais, nem no texto do decreto, os nossos governantes deixaram entrever que aquela redução de salários tinha como meta básica atender as imposições do Fundo Monetário Nacional.

"A política salarial estava na mira dos técnicos do FMI desde que as gestões do governo brasileiro com o Fundo se iniciaram em 1982 - e estava claro que ela teria que sofrer alterações", diz o **Jornal do Brasil**, em matéria assinada por Gilberto Cortes, em sua edição do dia 17 de julho. Mais adiante acrescenta o jornalista "ainda que publicamente seus técnicos (do FMI) negassem qualquer intenção de interferir na política salarial, esse objetivo sempre ficou claro às autoridades brasileiras como um dos caminhos para se medir a velocidade da queda da inflação e da contenção do déficit público".

Todos os correspondentes de jornais brasileiros no exterior - Europa e Estados Unidos - já no dia seguinte também registravam a aprovação unânime pelos grandes banqueiros - todos eles nossos credores - do achatamento salarial. Segundo relato do jornalista Fritz Utzeri, do **Jornal do Brasil** em Nova Iorque, executivos do Banco do Brasil naquela cidade lhe disseram que os banqueiros americanos "há muito tempo não pareciam tão contentes".

Assim, o novo pacote alcançava seu principal objetivo, que era o de refrear, por algum tempo, o insaciável apetite dos nossos credores.

Aparentemente, as reações indignadas de políticos, trabalhadores e entidades de classe não foram ouvidas pelos nossos governantes. Os pronunciamentos dos descontentes se multiplicaram, sendo engrossados inclusive com as vozes de empresários preocupados com o agravamento da crise social que poderá agora chegar a dimensões nunca imaginadas pelos nossos burocratas.

Logo após a divulgação do decreto 2.045 - o "Pacote do arrocho" - a sociedade brasileira reagiu indignada. Em resumo, todos os que atacaram a medida do governo baseiam sua argumentação em dois pontos: 1) a redução dos

salários não significa, obrigatoriamente, como apregoam os tecnocratas, a garantia de emprego para os trabalhadores que ainda não pereceram o seu, nem mesmo significa a abertura de novas oportunidades pela consequente redução das folhas de pagamento; 2) o decreto vai afetar seriamente o consumo no mercado interno, com a diminuição dos salários, sem que se tenha a certeza de se obter no exterior colocação para os excedentes que teremos de exportar, já que os brasileiros não terão condições de adquiri-los.

Precisamos apressar o fim deste modelo econômico fracassado e submisso aos interesses dos grandes banqueiros internacionais. Trocá-lo por um modelo que dê condições de uma vida digna a todos os brasileiros. É preciso insistir na necessidade de um planejamento a longo prazo para que todos, trabalhadores e empresários, possam organizar suas vidas. É preciso, mais do que nunca, já que o país se vê envolvido na mais grave crise econômica de sua existência, abandonar estas políticas imediatistas, trocadas a cada semana, a cada mês, apenas para acalmar a sanha dos que nos exploram.

Não vai ser com redução de salários que vamos sair da crise. Não será com redução de salários que vamos aumentar o nível de emprego. O que é preciso é reorientar toda a economia de forma que os trabalhadores, que produzem, não sejam prejudicados em benefício dos especuladores e dos agiotas.

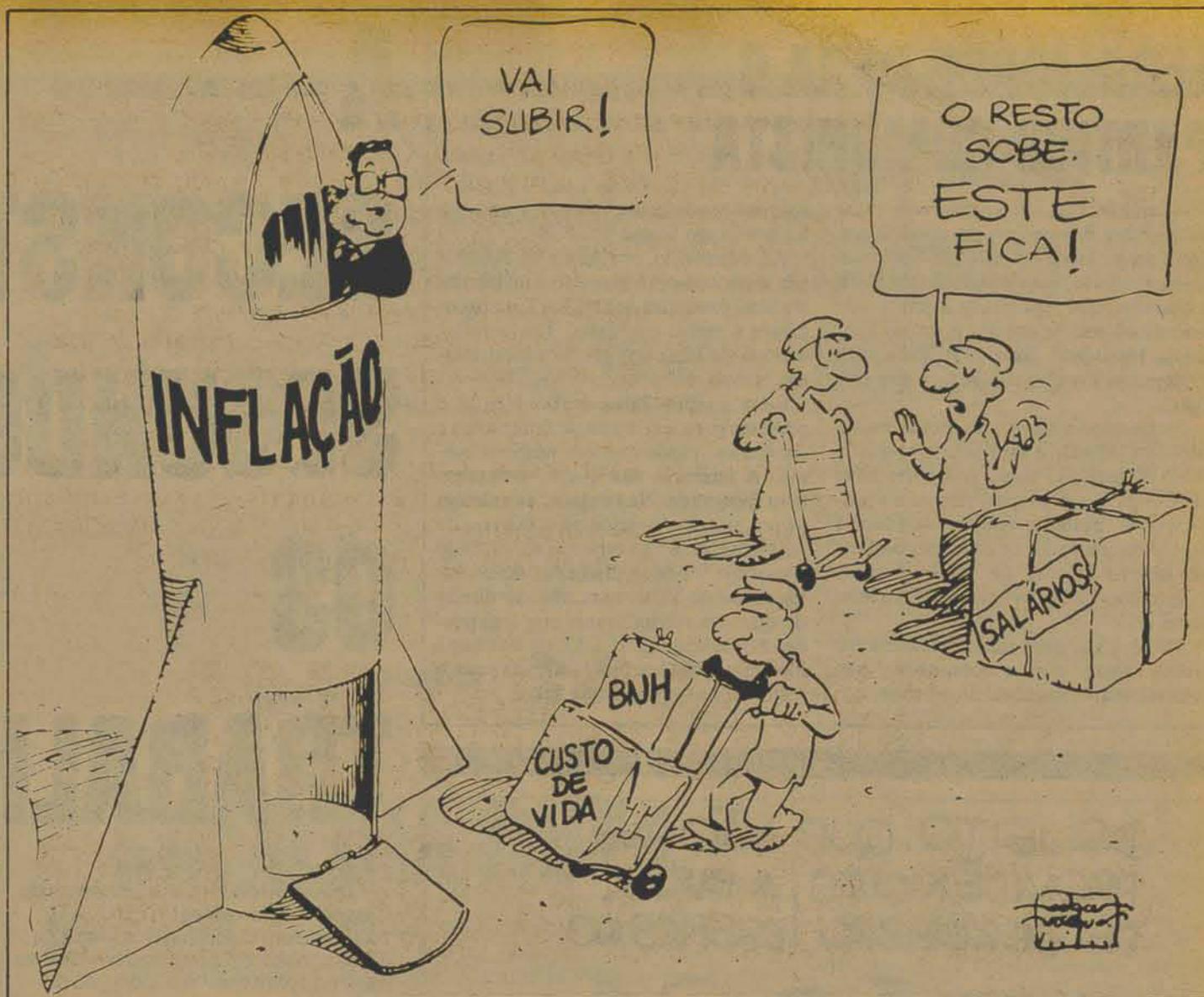
Por

Lourenço Cazarré

MORATÓRIA JÁ

O crescimento da angústia do povo, contrapartida da política recessiva implantada pela insensibilidade do governo militar, é marca forte e dramática desta segunda metade do ano em curso. As contas públicas, externas e interna, deficitárias em bilhões de dólares, as atividades produtivas semi-paralisadas, o achatamento salarial, o desemprego e o desespero contidos artificialmente pela camisa de força do autoritarismo - que o povo brasileiro precisa romper.

Entre tantas tarefas que demandam uma ação incisiva das forças democráticas, colóca-se na presente conjuntura a declaração unilateral da moratória, para que o país recupere sua capacidade de gestão econômica e retome o desenvolvimento. Como o governo que aí está não tem credibilidade nem respaldo popular para afirmar a vontade política nacional, diante da trama de interesses do capital financeiro, com o qual aliás, até recentemente mantinha relações mistas e mesmo de submissão, é preciso que a nação recupere a legitimidade, a legalidade, a democracia. Isto é tarefa para o novo insurgente. (Remy Fontana)



TRABALHADOR VAIA AMIN

Foi em Criciúma, durante o ENCLAT.
Vaiais abafaram discurso do governador.

O governador Espiridião Amin apareceu de surpresa no ENCLAT, durante a plenária da tarde de sábado, 12 de agosto, enquanto cada um dos cinco grupos apresentavam suas propostas e conclusões. A mesa que dirigia os trabalhos deliberou rapidamente face à presença de Amin: interrompeu o relato dos grupos, e convidou-o a participar da mesa e, imediatamente, fazer uso da palavra.

Uma parcela bastante significativa da plenária se retirou, e a exposição do governador quase não foi ouvida por ninguém: **o barulho das vaiais ininterruptas não permitiu**. O tumulto se generalizou. Um jornalista pedia aparte ao governador, mas este não dava. Grupos inteiros entravam e saíam do recinto do teatro onde se realizava a sessão.

Um professor do estado estava inconformado: "Este é encontro de trabalhadores. Amim é o meu patrão". A mesa tinha enormes dificuldades de controlar a plenária, e era duramente criticada por alguns por ter convidado Amim para a mesa e ter lhe dado imediatamente a palavra. Uma parte da plenária queria a destituição da

mesa, outra queria que a mesa fizesse "auto-crítica".

Amim, terminou sua tumultuada exposição e voltou para a plenária, onde ficou alguns momentos. Depois de armada a confusão, ele e um assessor atravessaram a enorme praça do Centro Cultural. Decididamente, ali não era ambiente para ele.

Atrás, no teatro, Raul Gunther, presidente da APUFSC, fazia firme defesa da atitude da mesa, afirmando que não faria nenhuma autocrítica, que a decisão de convidar Amim fora unânime (na mesa) e que a plenária deveria decidir sobre a permanência da mesa diretora. De fato, a plenária decidiu por unanimidade a permanência da mesa.

Amim, de fato, fora convidado. Mas na abertura do Enclat já o Secretário do Trabalho falara em seu nome. No sábado, apareceu sem avisar, em hora imprópria e em ambiente que sabia hostil. Afinal, trabalhadores organizados em sindicatos e de consciência para participar de ENCLAT, não podem gostar da presença de um representante do PDS e do sistema que se esmera em prejudicar e oprimir ainda mais a classe trabalhadora.

Nesse sentido, a presença de Amim no ENCLAT foi entendida como uma provocação: "Ele veio para tumultuar", afirmou um líder sindical. E acabou conseguindo seu objetivo. De outro lado, os participantes mais ruidosos fizeram os trabalhadores perderem uma excelente oportunidade de interpelar Amim sobre ENCLAT, CUT, direito de greve. Poderia se perguntar a ele como estão as sindicâncias dos professores grevistas. Poderia se perguntar qual a opinião dele sobre o 2045, e que posição de voto recomendaria para os deputados do PDS. Ou por que, quando deputado, se retirou do plenário para não votar (e aprovar por decurso de prazo) o decreto que aumentou a contribuição do INPS de pensionistas e aposentados.

Enfim, era mais uma oportunidade para desmascarar o demagogo e oportunista, que fala a linguagem dos pequenos e dos trabalhadores, mas que quando pode e está aos seus alcances, só os prejudica. De qualquer modo, em Criciúma, Amim deve ter aprendido uma lição. Teve que falar e estar lá o tempo todo sob intensas vaiais. O que ele deve ter aprendido é o seguinte: cara-de-pau tem limite.

LEGALIDADE PARA O PARTIDO COMUNISTA

A faixa foi erguida no intervalo entre as reuniões dos grupos de manhã, e a plenária da tarde do ENCLAT. De um vermelho forte, com o símbolo da foice e martelo, que representa a união dos trabalhadores do campo e da cidade, pedia legalidade para o PCB-Partido Comunista Brasileiro, e autonomia sindical.

No começo a faixa não atraiu muita atenção. Afinal, a luta pela legalidade do PCB está nas ruas, nos corredores do Congresso e nas manchetes da imprensa há bastante tempo. Também é assumida por todos os partidos, inclusive amplos setores do PDS, e pelas instituições de maior presença na sociedade civil.

Não é, pois, nenhuma novidade e faz muito tempo que o comunismo não assusta mais ninguém. Já se sabe que

comunista não come criança, como nos foi por longo tempo ensinado.

Aí, entretanto, chegaram as lideranças mais conservadoras do movimento sindical presentes à ENCLAT e aprontaram a maior confusão. Tanto reclamaram da faixa que ela terminou mesmo, sendo retirada.

Uma simples faixa acabou sendo o pretexto para a retirada de federações e sindicatos, ainda que em número ínfimo. A ausência das que se retiraram nem foi notada. Na verdade, se valerem de um pretexto ridículo para saírem, do ambiente onde não estavam se sentindo à vontade. Pode-se discordar do comunismo ou do PCB, mas não do direito de que eles reivindiquem sua legalidade. Ainda que o ENCLAT de Criciúma não fosse a melhor oportunidade para o justo reclamo contido na faixa.

A RECONSTRUÇÃO, SEGUNDO OS TRABALHADORES

O plenário do terceiro Encontro da Classe Trabalhadora (III ENCLAT), realizado em Criciúma nos dias 12 e 13 de agosto, estabeleceu condições mínimas para que "a superação da situação de emergência e a recuperação do estado sejam realizadas sobre bases justas, em benefício de toda a comunidade", conforme documento divulgado ao final do evento.

São elas "o empenho das entidades de trabalhadores em participar ativamente do processo de recuperação dos lares, da vida social e da economia catarinense; impõe-se uma rígida fiscalização por parte do poder público e da comunidade contra quaisquer discriminações político-partidárias; prioridade para a reconstrução social, através do atendimento da população em saúde, saneamento, moradia, educação, em conjunto com a reativação da economia, fundamental para a manutenção do emprego dos assalariados; e, exigir a participação da comunidade, através de todas as organizações comunitárias.

A Comissão PRO-CUT (Central Única de Trabalhadores) assumiu o encargo de "fiscalizar eventuais desvios de verba na reconstrução", além de alinhar, conforme o mesmo documento, diversas outras providências. Pedem os trabalhadores manutenção da distribuição gratuita de alimentos (enquanto persistir a emergência), tabelamento de preços, garantia de emprego e congelamento de juros por dois anos sobre empréstimos aos agricultores."

LUTA E MOBILIZAÇÃO

Por fim, a nota diz que "o III Enclat uniu os trabalhadores e suas entidades na luta contra a recessão e contra o desemprego, contra a política de arrocho salarial e de entrega do país ao FMI. Mas, ao mesmo tempo, adotou decisões a nível do esforço de reconstrução do Estado, dentro da

visão da classe trabalhadora e não dos privilegiados do sistema.

Decidiram os trabalhadores endereçar o alvo de suas lutas desde a estabilidade no emprego, até a garantia da soberania nacional com o rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), passando pelas amplas garantias de reforma agrária sobre controle dos trabalhadores. Para essas lutas, será organizado o DIA DE LUTA E MOBILIZAÇÃO PELA RECONSTRUÇÃO E CONTRA A CRISE, forma concreta de protesto e de reivindicação, em todo o Estado.

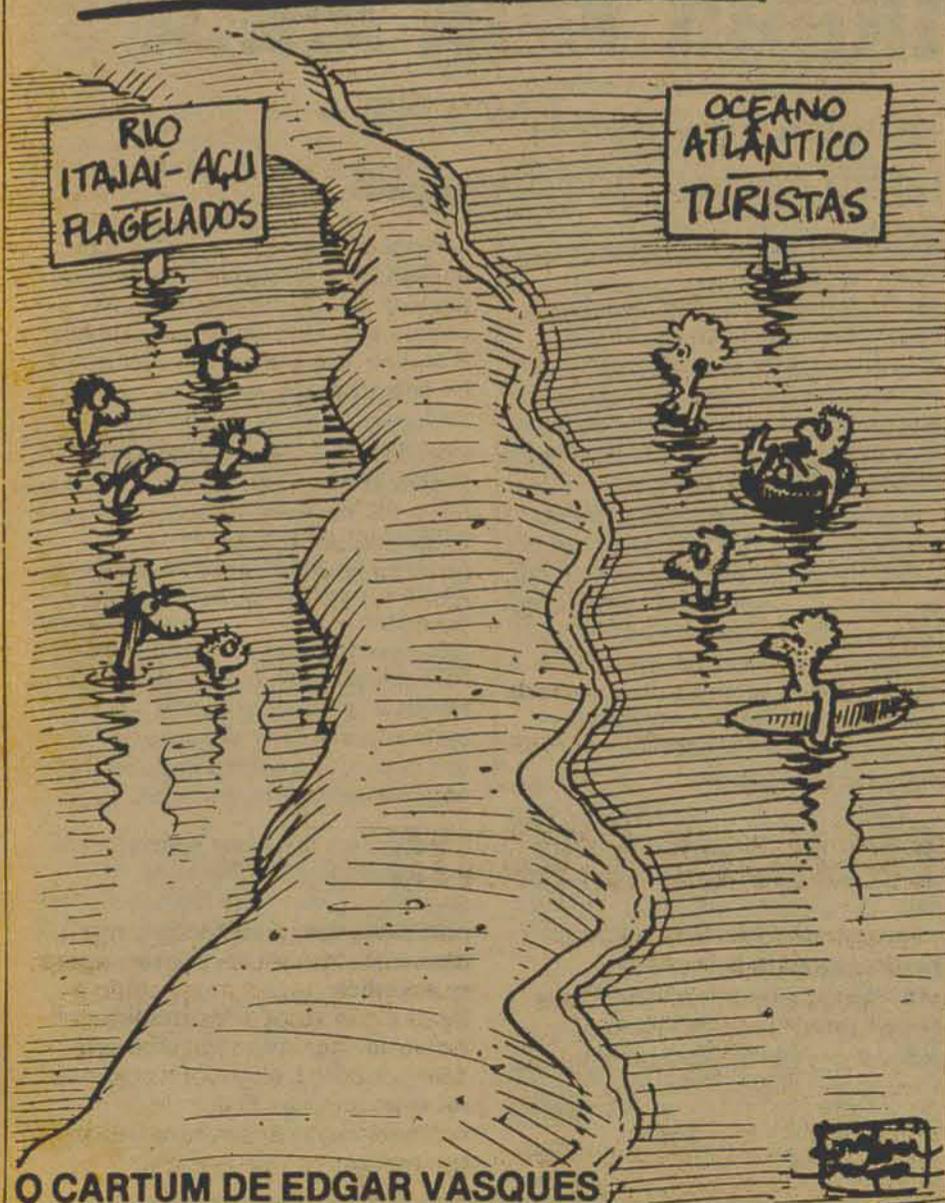
ELEIÇÕES DIRETAS

As resoluções serão encaminhadas às autoridades federais, estaduais e municipais, na esperança de que se sensibilizem com algumas teses fundamentais, quer do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político. O atendimento das reivindicações mínimas por melhores salários e garantia no emprego, até a realização de eleições diretas para Presidente da República em 1984, será o caminho correto para a solução da grave crise pela qual atravessa o país.

Finalmente, o III ENCLAT reafirmou o princípio de dar uma nova estruturação ao sindicalismo brasileiro, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a realização do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, dentro do princípio de luta unitária do movimento sindical.

Os trabalhadores catarinenses levarão à frente essas bandeiras, na certeza de que, pelo seu esforço comum, conseguirão a reconstrução deste Estado e a superação da crise nacional, em direção a uma nova sociedade, que permita o desenvolvimento das plenas potencialidades do homem na vida em sociedade, acabando, de uma vez por todas, com a opressão e exploração."

DO JEITO QUE VÃO AS PROVIDÊNCIAS, A PARTIR DE DEZEMBRO TEREMOS NO VERÃO 84 EM SANTA CATARINA:



APRESSADO COME CRU

Alguns setores do PMDB, apressadamente, apoiaram a escolha de Konder Reis para a Secretaria da Reconstrução. Esqueceram que ele pertence às oligarquias e representa o regime anti-povo que o PMDB sempre combateu. Com este apoio, praticamente legitimam uma política elitista, que confia em "notáveis" e não na mobilização popular, está sim de acordo com o programa do PMDB.

PREFEITURA QUER APITO

Há 16 bilhões de dólares (cerca de 20% da dívida externa de brasileiros depositados no exterior, os escândalos financeiros e as falências fraudulentas já sangraram o tesouro em mais de um trilhão de cruzeiros, os bancos estrangeiros e as multinacionais seguem levando centenas de milhões de dólares mensalmente para o exterior, mas Santa Catarina ainda não tem assegurado sequer um terço do dinheiro que precisa para recuperar o perdido durante as cheias.

No entanto, já criou mais uma Secretaria para consumir parte do dinheiro que está faltando. Diante deste quadro desalentador, não seria melhor, pergunta-se, passar os poucos recursos que aqui chegaram a que vão chegar, para as Prefeituras? Não foram elas que realmente conseguiram mobilizar e organizar a sociedade para as fases mais difíceis de socorro e recuperação? Não foram os municípios, na verdade, os verdadeiros atingidos, já que o Estado não passa de uma abstração cara, imóvel e incompetente?



COMÉDIA BUFA

Deputado flagra contradição e cobra do governador a
nominata dos funcionários-fantasmas.

Primeiro ato. O governador Esperidião Amin afirma que vai "moralizar" a máquina administrativa estadual. Diz até que "todos os funcionários que não trabalhem, não vão receber seus salários". Do Rio de Janeiro, o funcionário Ruy Borba Neto entoou "Mintchura", música insossa de Neusinha Brizola. Barbúrdia no palco e Amin é envolvido pelas plumas gaúchas e paulistas bem postadas nos quadros de funcionários públicos.

Na cena dois, o deputado peemedebista João Norberto Coelho Neto envia pedido de informações ao governador, para ter em mãos a relação dos "funcionários-fantasmas" do Executivo do Estado. Esperidião Amin, querendo mostrar serviço, apressa-se em afirmar que em breve a nominata estaria em poder do parlamentar do PMDB.

Fim do primeiro ato: a platéia, aturdida, pensa que vai se deparar com um policial ao estilo Agatha Christie. Ledo engano. O tempo passa e o governador é salvo pelas cheias que assolaram Santa Catarina. A Assembléia Legislativa em recesso, o Estado entrando em parafuso devido aos prejuízos causados pela catástrofe, e o ator principal — Esperidião Amin —, esquece o texto em casa.

A platéia, impaciente, observa o início do segundo ato. O deputado Coelho Neto pede rapidez no atendimento a seu pedido de informações. Qualifica os "fantasmas" do Executivo de "parasitas oficiais". O conceito de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira esclarece tudo: "parasita é o indivíduo que está acostumado a chupar sangue, viver às custas dos outros". No caso, do dinheiro público.

Cena quatro: o governador envia mensagem à Assembléia Legislativa frisando que "não há funcionários sem trabalhar em Santa Catarina". Coelho Neto recebe a resposta e, indignado, apresenta novo pedido: quer agora a relação geral dos funcionários públicos, que trabalhem tanto na administração direta quanto na indireta. E sintetiza sua disposição: "Vou até o fim, nem que tenha de usar todo o tempo de meu mandato para acabar com as mordomias".

Fim do segundo ato: Amin recebe o novo pedido de informações e não esboça reação. Tem trinta dias para responder. O desfecho da comédia bufa estrelada pelo governador vai depender dele próprio e da "capacidade de articulação da bancada do PMDB na Assembléia", assegura o deputado Coelho Neto.

Pano geral. O ator principal procura encontrar um texto que consiga esconder a realidade. Enquanto isso, dentro do teatro, a platéia começa a procurar por tomates e ovos podres.

(Por Márcio Dison)

ABUTRES! CORVOS! URUBÚS!

Quem viu recentemente na televisão, via Jornal Nacional, mulheres e crianças morrendo de fome, em consequência da falta de recursos para combater as mazelas de uma seca que já dura cinco anos, deve ficar mais escandalizado ainda ao saber que, paralelamente a esta tragédia, os bancos estrangeiros seguem enriquecendo a custa do Brasil.

A revista Business Week, dos Estados Unidos, publicou um artigo com o título "Como os bancos estrangeiros continuam enriquecendo no Brasil, destacando o seguinte:

— Demonstrando que, na realidade, é possível extrair sangue de uma pedra, bancos norte-americanos estão alcançando gordos lucros em meio ao aperto financeiro do Brasil. O que resulta mais paradoxal, diz o semanário, é que os bancos estrangeiros, que já carregam nas costas enormes somas de divisas expostas a risco no Brasil, estão atualmente alimentando, naquele país, um pequeno auge imobiliário e estão ansiosos para ampliar suas operações, apesar de uma taxa inflacionária de 143%, da dívida externa brasileira, que é de 90 bilhões de dólares, e o mal-estar social provocado por um rígido programa de austeridade econômica".

— No ano passado, assinala a revista dos homens de negócio norte-americanos, "o Citibank, de Nova York, obteve o impressionante lucro de US\$ 153 milhões (ou seja, 20% de seus ganhos em todo o mundo) somente no Brasil, enquanto o Chase Manhattan, através de sua filial, o Banco Lar, embolsou nada menos que US\$ 25 milhões".

Ao lado do First National Bank of Boston, diz a revista, estes dois são o alvo da inveja dos outros bancos, pois são os únicos que possuem bancos locais (brasileiros) autorizados a emprestar cruzeiros, a juros anuais que chegam a 205%.

UNIVERSIDADE ATUANTE

Nas situações excepcionais a universidade funciona como deveria funcionar sempre. O caso das cheias foi exemplar. Nos primeiros dias, enquanto a assistência oficial era dirigida pela primeira dama, titular do rotary club do governo, a Ladesc a UFSC egilmente se organizou, baseada

principalmente no já articulado movimento dos professores estudantes e funcionários. Cada departamento, dentro de sua especificidade, contribui de várias formas. Na prática, houve a demonstração de que a universidade está mais aparelhada que o governo do Estado para

coordenar uma operação desta dimensão. Só resta esperar, agora, que a UFSC tenha apreendido a lição e não volte a "normalidade" habitual. A Universidade aberta e democrática é a que utiliza todos os seus setores com representação atuando vinculada ou interesses maiores da sociedade.

APARTE



IMAGEM CARA

Os canais de televisão e as cartas patentes para funcionamento de instituições financeiras são concessões do poder público. Sílvio Santos tem uma rede de televisão e uma financeira, a Liderança (com o Banco Central já de olho nela) Roberto Marinho além de Rede Globo acaba de abrir um banco, o Banco Roma (suas iniciais). Portanto, quando alguém se queixar da repressão cultural e política que a TVS e a TV Globo fazem a milhões de brasileiros, lembrem-se que isto está sendo feito com a conivência do Governo. Como os rombos da Delfim e Coroa-Brastel. Agora, quando as teves se queixam dos partidos de oposição por ocuparem, **uma vez por ano**, o espaço nobre para comunicar o seu programa, como um atentado à "livre iniciativa", lembrem-se que é pura tapeação. Pois matérias do governo, em todos os horários e programas, nas grandes redes, são veiculados até com certa alegria. E o "Povo e o Presidente", no horário nobre, **todas as semanas**, não atenta contra os princípios da "livre iniciativa".

BOLA FORA

O governo estadual passou a bola de reconstrução para o governo federal alegando que está sem recursos. Tá certo. Mas esta tática já é nossa conhecida: quando a sociedade brasileira cobra do governo federal uma solução para a crise, ele alega que a culpa é do quadro internacional. Reclamar agora do modelo centralizador que empobreceu os estados é tarde: até aqui Amin, Córdova, Bornhausen, Konder Reis e todos os governadores da linhagem "revolucionária" eram apenas representantes (e cúmplices) do poder que sugou os recursos do povo. E desperdiçou-os em obras de duvidoso conteúdo social, em detrimento de barragens, por exemplo, que poderiam ter evitado a extensão da enchente.

FORA DE SINTONIA

Para ganhar as eleições o PDS discursava "só nós temos meios de conseguir recursos junto ao governo federal". Ganharam as eleições (fraudulentamente) e assumiram. Veio a enchente. Nem nesta hora de tragédia apareceu esta tão apregoada capacidade de sensibilizar o governo federal. No auge da crise, o ministro Delfim Neto chegou a regatear um bilhão. Quem se mexeu, mesmo foi o povo. O governo do estado, ao invés de fazer valer suas "prerrogativas", teve que apelar para o conjunto da sociedade, reconhecendo sua incapacidade política.

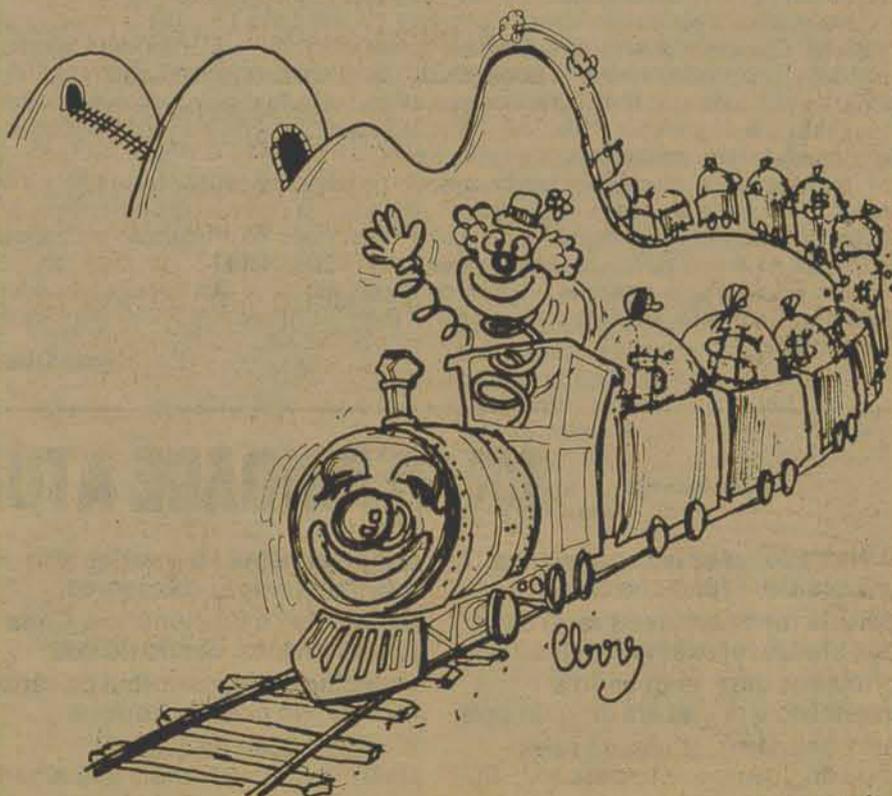
FARAONICE FERROVIÁRIA

Enquanto falta dinheiro para tudo neste País - para a enchente, seca, reajuste de salários, - o governo decide investir mais algumas dezenas de bilhões de cruzeiros na malfadada e interminável ferrovia do aço, uma faraonice dos governos militares.

O conservador e nonagenário Eugene Gudín, pai intelectual dos economistas que levaram a nação ao abismo, considera a ferrovia do aço uma insanidade criminosa. Na revista Senhor (3/08/83) ele declarou:

"A estrada do aço é uma outra loucura. Uma loucura de botar o sujeito no xadrez. É doido varrido quem fez aquela estrada. (...) Uma locomotiva - uma Maria

Fumaça - puxa mais ou menos, num plano, 50 vezes o seu peso. Numa rampa, puxa três vezes, quatro vezes. Fizeram uma estrada de ferro em condições técnicas fantásticas, com curvas de 900 metros de raio, como não quantos viadutos e túneis. Vai custar um dinheirão para fazer o quê? Para transportar ouro, cedro, marfim? Nada. É para transportar um material pobre como é o minério de ferro, que existe em todo o mundo, que custa 14 ou 16 cents por quilo. Só mesmo um frete muito barato é que permitiria este transporte. É impossível obter um frete barato se só o custo de capital desta estrada de ferro é uma coisa enorme".



FIGARAM NOS QUARTÉIS

Durante a fase de emergência das enchentes, boa parte da opinião pública achou insuficiente a participação das Forças Armadas, nas tarefas de salvamento e de levar roupas, remédios e alimentos às populações atingidas. Em verdade, esperava-se mais, muito mais, do Exército, Aeronáutica e especialmente da Marinha, naquela circunstância. Uma alta patente militar, por exemplo, justificou, durante os mais graves momentos das enchentes, que não poderia mandar mais efetivos no auxílio da população, porque eles poderiam se tornar também flagelados. Para resgatar quase 200 mil flagelados, havia pouco mais de uma centena de militares diretamente envolvidos. Bem menos do que os dois mil soldados mobilizados para combater guerrilhas no Araguaia ou no Vale da Ribeira. E bem menos do que coronéis nas empresas estatais.

MULHERES E CRIANÇAS PRIMEIRO

Dona Ângela Amin já têm uma solução para as próximas enchentes: inspirada por uma de suas assessoras palacianas, sugeriu que o governo do estado promova cursos de nataçao para as crianças e famílias que moram nas zonas atingidas pelas enchentes. Dona Heliete Filomeno, secretária da Justiça, afirmou em entrevistas que os flagelados já tinham se acostumado com a situação e estavam "numa boa", com comida de graça. Diante de afirmações tão ridículas, quando o estado afundar de novo, esperamos que estas duas senhoras saiam primeiro. A nado.



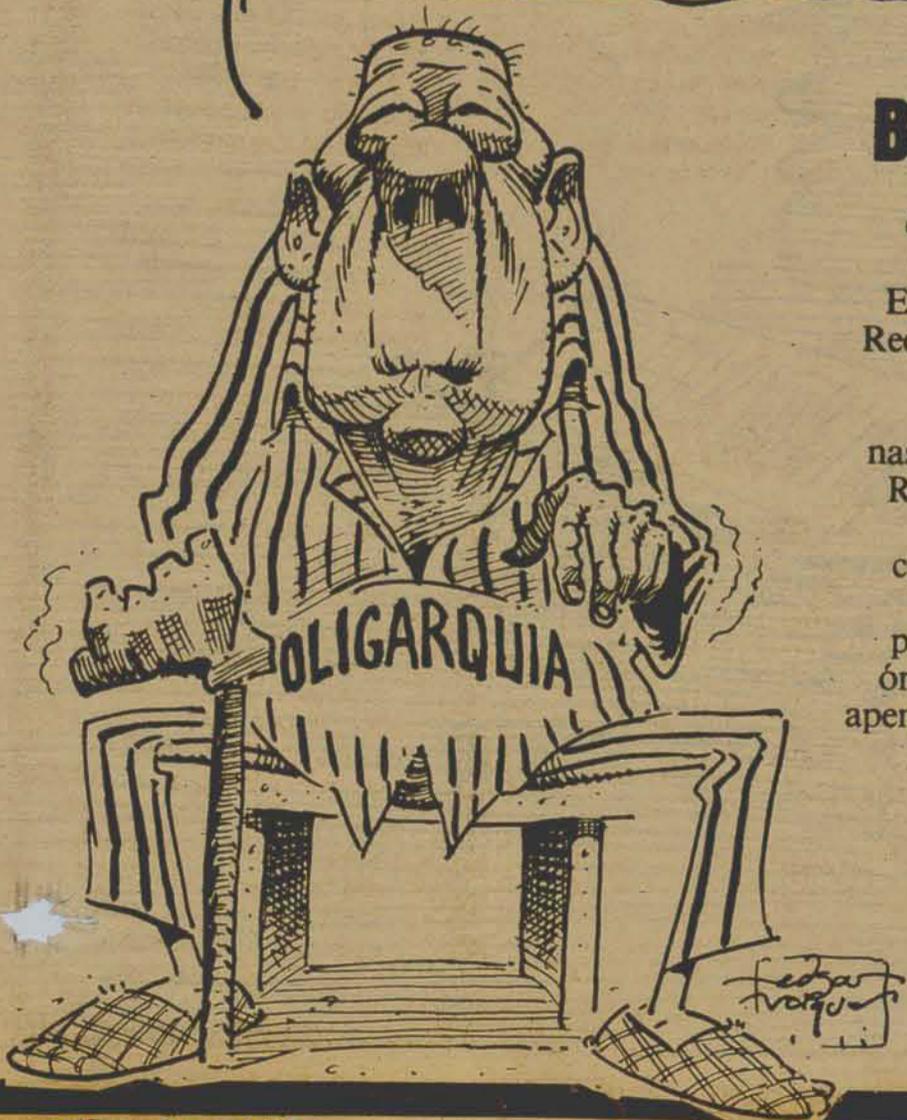
ROBIN HOOD

O pessoal que trabalhava na coleta dos donativos para os flagelados da enchente de Santa Catarina recebeu um chamado telefônico insólito. Pediam, de uma favela da capital, que passassem a recolher sua contribuição para a campanha de solidariedade. O grupo que dirigiu-se à favela assombrou-se com a quantidade e a qualidade dos colchões e cobertores que

estavam sendo oferecidas por esses eternos flagelados aos seus irmãos.

Perguntados sobre a origem destes donativos, os doadores responderam ser resultado de um "trabalho" que fizeram nos balneários turísticos da Ilha, cujas casas permanecem fechadas nestas férias chuvosas.

ENERGIA, LUCIDEZ, VITALIDADE
E TRABALHO DURO É TUDO QUE
PRECISAMOS PARA RECONSTRUIR O
ESTADO.



BEDEL DE LUXO

O secretário da Reconstrução foi escolha pessoal do governador Esperidião Amin. O Conselho de Reconstrução que deveria ser um a instância de expressão da sociedade civil para a tarefa, já nasceu atrelado, limitado. Konder Reis sempre foi centralizador, na sua prática política. Amin consegue ser ainda mais. Ambos elitistas. Não é de estranhar, portanto, que ao invés de ser um órgão autônomo, o conselho seja apenas um apêndice do gabinete do governador. O conselho opina, mas não decide. Depende do secretário. E o secretário é um bedel do governador.

BYE-BYE SANTA CATARINA

Com tua licença,
companheiro
Chico Buarque, para
cantar e chorar com a
música do teu
BYE-BYE BRASIL
Conversa de Herta com
Fritz pelo DDD.

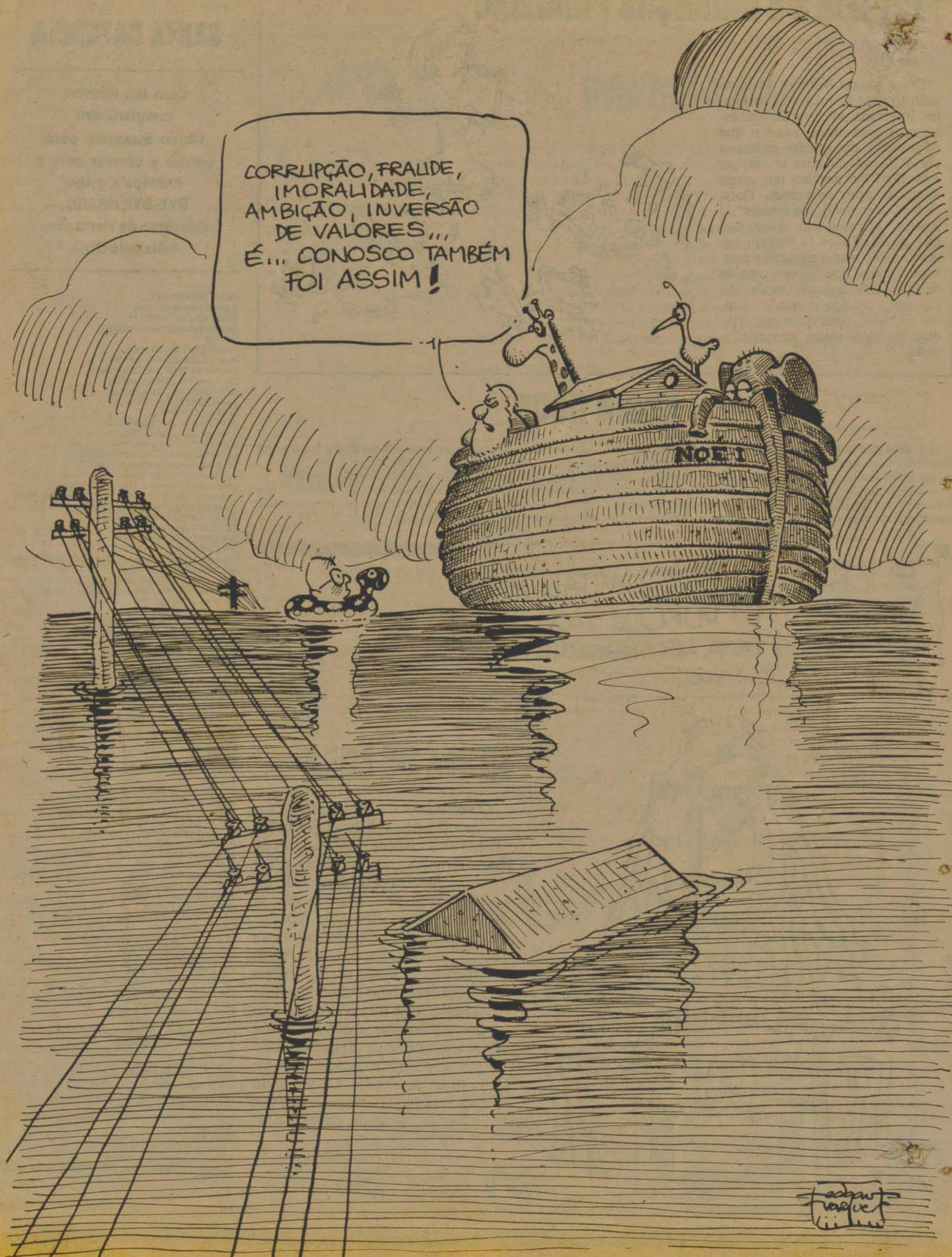
Gruss Dich Schatz,
Aqui tá caíndo um toró,
Será Itaipu ou bomba H,
Que os franceses explodem
"la bas"?

Assim que a água baixar,
eu acho que vou me mandar,
Pro nordeste ou prá Detschiand
(será que me aceitam por lá,
mein liebchen, meu amor?)
Tomel uma canoa no Itajal,
Subi até Chapecó,
só vi frango sadia boiando,
Lamaçal no lugar do trigall
Mein Gott, tô tonta de chorar,
os técnicos da CEPA vão rebolar
prá bolar novas hortas pró nós,
A ACARESC vai ter que soltar,
os empréstimos que não vamos pagar
Desta vez grana vai surgir, meu amor, mein Herr!
Prá que tanto castigo, mein Gott?
Já não basta o rombo do BESC?
Da gasolina e malhas Amin,
que ganharam as eleições?
Agora é que vamos testar,
O programa dos "pequenos", meu senhor, mein Herr!
Não queremos virar Piauí,
Desculpem companheiros daí,
Mas "esmola dada prá homê são,
lhe mata de vergonha,
ou vicia o cidadão",
não é, camaradinhos do sertão?
Nossa Senhora, Vigé Santa!
No nordeste precisam sudagem,
aqui o que falta é barragem,
Indenizem a terra dos índios,
Vamos lá, prá que tanta demora?
Porque só depois da enchente,
que o DNOS se lembra da gente?
Porque não dragaram o rio,
ninguém duvidava disto aqui,
nicht Wahr, mein Fritz?
Bye-bye Santa Catarina,
eu vejo que tudo mudou,
falta água e tem tifo aqui,
e os mandões tão brigando
entre si!

Tão usando os helicópteros,
e não chegam as vacinas aqui,
Was ist den Los, mein Gott, meu Deus?
Arroz e feijão mendigamos,
nós os donos do cafeiro nacional,
usamos camisas usadas,
nós que teclamos as T-Chirt exportação!
Nein, nein mein Lieb!
Vamos aterrar os lagos
com roupas dos gringos,
vestir os sapatos caríocas,
tomar o leite Nestlé,
e os chocolates do ABC,
Construir o Brasil!
Noch ein mal, noch ein mal, noch ein mal!
Eu acho que vou desligar,
Tá na hora de ir cozinhar,
nas panelas da Igreja,
cantar a Asa Branca ao revés,
e ouvir boas notícias de ti,
Meu amor, mein Schatz!
Essa chuva vai ter que parar,
lansã, chega de castigar!
Santa Klaus vai voltar no Natal,
e vamos cantar e trabalhar,
Gott sei Dank! Gott sei Dank!
Bye-bye Brasil,
Tem um alemão trás de mim,
A última ficha calu,
taá querendo investir na malharia,
e um japonês no milharal,
e um ministro na presidência, Donnerwetter!
Mein Gott!
Mas apesar de tudo, meu amor,
Te juro por Khristus im Himmel,
Nós vamos poupar e vencer!
Aufwiedersehen, aufwiedersehen, SANTA
CATARINA!

Cláudia Guimarães

O humor do Maioria



CORRUPÇÃO, FRAUDE,
IMORALIDADE,
AMBIÇÃO, INVERSÃO
DE VALORES...
É... CONOSCO TAMBÉM
FOI ASSIM!

NOE

Fabiano Travençolo